



Universidade Federal de Santa Catarina

Centro Socioeconômico

Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária

TURMA FORA DE SEDE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANTONIO KOODI KATO

**AUTOAVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
NACIONAL: DIAGNÓSTICO E DESAFIOS INSTITUCIONAIS NO
ÂMBITO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**

Florianópolis, SC

2024

ANTONIO KOODI KATO

**AUTOAVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NACIONAL:
DIAGNÓSTICO E DESAFIOS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DE UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Universitária, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Administração Universitária.

Orientador Professor Dr. Thiago Henrique Almino Francisco

Coorientadora Professora Dra. Márcia Maria dos Santos Bortolocci Espejo

Florianópolis - SC

2024

Kato, Antonio Koodi
AUTOAVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NACIONAL:
DIAGNÓSTICO E DESAFIOS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DE UMA UNI-
VERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA / Antonio Koodi Kato ;
orientador, Thiago Henrique Almino Francisco, coorienta-
dor, Marcia Maria dos Santos Bertolocci Espejo, 2024.
84 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal
de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-
Graduação em Administração Universitária, Florianópolis,
2024.

Inclui referências.

1. Administração Universitária. 2. Autoavaliação da educa-
ção superior. 3. Programas de Pós-Graduação. 4. Gestão Univer-
sitária. I. Francisco, Thiago Henrique Almino. II. Espejo,
Marcia Maria dos Santos Bertolocci. III. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Administração
Universitária. IV. Título.

ANTONIO KOODI KATO

**AUTOAVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NACIONAL:
DIAGNÓSTICO E DESAFIOS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DE UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Mauricio Rissi, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Caroline Pauletto Spanhol, Dra.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Administração Universitária.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Thiago Henrique Almino Francisco, Dr.

Orientador

Florianópolis, SC

2024

Dedico este trabalho aos meus pais (*In memoriam*), a minha esposa, a minha filha e aos meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, Pai Eterno, que me faz amar Jesus Cristo, nosso Senhor, meu Salvador.

Aos meus pais, irmãos, esposa e filha que confiam em mim; certamente, não os decepcionarei na graça de Deus.

A minha gratidão ao Professor Doutor Thiago Henrique Almino Francisco, meu orientador, que exerceu influência em minha vida de maneira tão significativa e profunda. Ao compartilhar comigo sua sabedoria, com uma infinita paciência e através dela, me enxergou, vendo o melhor. Que Deus sempre esteja contigo.

A Professora Doutora Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, pelo apoio, outorgada como Coorientadora, essencial na transmissão da sua sabedoria a mim, e no incentivo de nunca desistir.

Aos Mestres, meu respeito.

A todos os meus colegas de curso do PPGAU.

A UFSC, que, como eu sendo servidor da UFMS, proporcionou a realização deste mestrado por meio do convênio, muita gratidão.

Aos demais familiares e amigos, externo, igualmente, a minha gratidão e o meu propósito.

A todos, enfim, que contribuíram para o êxito desta missão, o meu agradecimento de coração.

RESUMO

A proposta do Grupo de Trabalho da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em 2019, apresentou uma sistemática de Autoavaliação no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, com a intenção de se tornar um componente relevante para a avaliação. Nesse sentido, o propósito desta pesquisa é apresentar parâmetros administrativos e políticos-pedagógicos para o desenvolvimento do projeto de Autoavaliação para os cursos de Pós-Graduação da UFMS. Trata-se de uma Pesquisa Quantitativa, explicativa, baseada em um levantamento de dados, mediante questionário aplicado aos coordenadores do PPG, com base nas seções do PDI. Após o diagnóstico e a apresentação dos resultados, ficou claro que as categorias teóricas e suas definições podem servir como base para a análise dos dados qualitativos coletados, auxiliando na identificação de tendências, desafios comuns e áreas que necessitam de atenção na gestão dos programas de pós-graduação. E embora a pesquisa tenha mostrado um consenso entre os coordenadores, a variação nas respostas ao questionário destaca a complexidade dos desafios enfrentados pelos programas de Pós-Graduação na UFMS, sugerindo a necessidade de abordagens padronizadas de avaliação, visando melhorar o desempenho institucional. A análise revela a necessidade de um olhar mais atento às áreas com alta variabilidade nas percepções, como a integração com o setor produtivo, para entender melhor as causas das discrepâncias e incongruências nas respostas dos coordenadores. Como ponto forte, os indicativos mostraram que, na UFMS, há um esforço constante por um alinhamento político e apoio à internacionalização, deixando evidente que a instituição está engajada com seus objetivos estratégicos. Esse forte consenso sobre a eficácia de alinhamentos em suas ações prevê a preocupação com programas de avaliação que garantam padrões cada vez mais elevados e que promovam a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, pilares das instituições universitárias. Destaca-se, portanto, neste estudo, a demanda por engajamento a um plano estratégico de gestão e de avaliação que busque superar os desafios e transpor as barreiras constatadas. Em especial, o de criar políticas públicas com foco na inovação e na tecnologia, na adequação de recursos para a pesquisa e na integração com os setores produtivos nacionais e internacionais com estratégias diferenciadas que atendam à ampla gama de expectativas e necessidades dos programas de pós-graduação.

Palavras-chave: Autoavaliação da educação superior. Programas de Pós-Graduação. Gestão Universitária

ABSTRACT

The proposal of the Capes Working Group (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel), in 2019, presented a Self-Evaluation system in the field of Graduate Programs, with the intention of becoming a relevant component for evaluation. In this sense, the objective of this research is to present administrative and political-pedagogical parameters for the development of the Self-assessment project of the UFMS Postgraduate courses. This is a Quantitative, Explanatory Research, based on a data survey, through a questionnaire applied to the PPG coordinators, based on the sections of the PDI. After the diagnosis and presentation of the results, it became clear that the theoretical categories and their definitions can serve as a basis for analyzing the qualitative data collected, helping to identify trends, common challenges and areas that require attention in the management of postgraduate programs. Although the survey showed a consensus among coordinators, the variation in responses to the questionnaire highlights the complexity of the challenges faced by Postgraduate programs at UFMS, suggesting the need for standardized assessment approaches, aiming to improve institutional performance. The analysis reveals the need for a closer look at areas with high variability in perceptions, such as integration with the productive sector, to better understand the causes of discrepancies and inconsistencies in coordinators' responses. As a strong point, the indicators showed that, at UFMS, there is a constant effort for political alignment and support for internationalization, making it clear that the institution is committed to its strategic objectives. This strong consensus on the effectiveness of alignments in their actions foresees the concern with evaluation programs that guarantee increasingly higher standards and that promote integration between Teaching, Research and Extension, pillars of university institutions. Therefore, this study highlights the demand to engage in a strategic management and evaluation plan that seeks to overcome challenges and overcome identified barriers. Particularly, the creation public policies focused on innovation and technology, on the adequacy of resources for research and on the integration with national and international productive sectors with differentiated strategies that meet the wide range of expectations and needs of postgraduate programs.

Keywords: Self-assessment of higher education. Postgraduate Programs. University Management.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Linhas de Pesquisa	19
Tabela 2: Levantamento de Dissertações	19
Tabela 3: Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação - CAPES (1998)	38
Tabela 4: Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação - CAPES (2007)	39
Tabela 5: Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação - CAPES (2015)	39
Tabela 6: Proposta do Programa	40
Tabela 7: Atividade de Formação	40
Tabela 8: Impacto na sociedade	40
Tabela 9: Atribuição de Notas	41
Tabela 10: O PPG/UFMS	48
Tabela 11: Caracterização da Pós-Graduação da UFMS	54
Tabela 12: Desafios dos Programas de Pós-Graduação	58
Tabela 13: Percepção dos Coordenadores dos PPGs	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da UFMS	43
Figura 2: Matriculados no Programa <i>Stricto Sensu</i> /UFMS (2019-2022)	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	11
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	15
1.3 OBJETIVOS.....	16
1.3.1 Geral	16
1.3.2 Específicos.....	17
1.4 JUSTIFICATIVA	17
1.4.1 Aderência ao PPGAU	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	21
2.2 A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	25
2.3 A AUTOAVALIAÇÃO (AA).....	32
3 METODOLOGIA.....	42
3.1 UNIVERSO DA PESQUISA: A UFMS	42
3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	43
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	45
3.4 MÉTODO DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS	45
3.5 QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO	46
3.6 LEVANTAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DO PPG	47
3.7 ANÁLISE DOS DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
3.7.1 Desafios da Pós-Graduação na UFMS: Políticas Institucionais.....	51
3.7.2 Caracterização da pós-graduação na UFMS.....	53
3.7.3 Desafios dos programas de pós-graduação.....	58
3.7.4 Percepções dos Coordenadores sobre os PPGs da UFMS.....	61
3.7.5 Dados Qualitativos:	65
3.8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	67
4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	75
4.1 CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS	76
4.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	78
5 REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A avaliação é um instrumento fundamental para a estruturação de uma Instituição educacional, pois com ela pode-se identificar as características situacionais da Instituição, com essas informações, podemos vislumbrar onde se deseja que a Instituição chegue, direcionando as ações para caminhar rumo a esse objetivo (Santos, 2014; Santos; Sadala; Borges, 2012; Silva, 2010). Mesmo que o objetivo seja, a princípio, utópico, durante as realizações das avaliações, pretende-se minimizar os efeitos negativos e potencializar os efeitos positivos.

Conforme Bernheim e Chauí (2008), a característica da sociedade contemporânea é a busca pelo conhecimento e a informação. Dessa forma, emerge uma Sociedade do Conhecimento, rompendo um paradigma sobre a busca pelo capital, trabalho, matérias-primas ou energia, passando para um uso intensivo de conhecimento e informação, que hoje em dia é fundamental para a sobrevivência da economia. A vantagem competitiva do conhecimento faz com que o pilar da riqueza e poder das nações fiquem centralizados em tratá-lo como mercadoria, aberto à apropriação privada.

Dessa forma, o conhecimento e a informação se tornam “Força Produtiva”, integrando-se ao “Capital Próprio”, mas com um diferencial de que é uma riqueza puramente virtual, cuja existência é a própria informação e o conhecimento. Essa característica produz alguns efeitos e, com a posse de “Informações e Conhecimentos”, esses bens se tornam uma referência no mercado. Outra característica é a tendência para uma maior complexidade e a rápida obsolescência, assim como um conhecimento leva a outro conhecimento muito mais complexo, em nível exponencial.

É assim que se encontram os Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*. Cursos de mestrados e de doutorados, acadêmicos e profissionais como sendo mecanismos transformadores que tornam seus participantes autônomos na busca por informações relevantes e produção de conhecimento por meio de pesquisa científica. Tais Programas, no Brasil, representam em torno de 4.650 programas distribuídos entre 122.295 acadêmicos, sendo 76.323 em mestrado acadêmico, 4.008 em mestrado profissional e 41.964 em doutorado (CAPES, 2022).

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é responsável pela avaliação do ensino em nível de Pós-Graduação no Brasil, que além das avaliações dos programas que estão em funcionamento, também pela autorização de funcionamento de novos cursos de pós-graduação, tendo como objetivo a certificação da qualidade e a identificação de estratégias e assimetrias regionais no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Vale lembrar que o Brasil passou por uma modernização da pós-graduação com início no final da década de 1960, com uma ascensão notável nos vinte anos posteriores. Na década de 1990, foram contabilizados mais de 32 mil doutores, sendo que 20% destes, foram formados em instituições estrangeiras. Também houve um grande incremento na quantidade per capita de doutores, passando de 0,82 para 4,6 doutores por 100 mil habitantes. Apesar dos esforços despendidos pela CAPES, ainda persistem desigualdades regionais na formação de mestres e de doutores e no repasse de recursos para os cursos de pós-graduação. (Borges, 2008)

A avaliação da pós-graduação, tinha periodicidade anual, sendo que os cursos de mestrado e de doutorado avaliados separadamente, numa escala de cinco conceitos (A a E), sendo A o conceito mais alto. O modelo de avaliação com Notas de 1 a 7 e avaliação trienal foi implementado em 1998. A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, na forma como foi estabelecida a partir dessa data, é orientada pela Diretoria de Avaliação/CAPES e realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc*.

A pós-graduação brasileira é um caso de sucesso e isso se deve, sobretudo, ao processo de avaliação realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às ações de apoio à pesquisa realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). (Moritz, 2011, p. 2)

A Portaria 182, de 14 de agosto de 2018, da CAPES, regulamenta os critérios e os procedimentos relacionados à operacionalização das avaliações e define o padrão de qualidade atribuído na avaliação das propostas de cursos novos, e na avaliação periódica de programas de pós-graduação *stricto sensu*, em funcionamento. As propostas de cursos novos analisadas pela CAPES serão avaliadas, como “Aprovadas” ou “Não Aprovadas”, nos critérios da APCN (Avaliação de Propostas de Cursos Novos). Em documentos orientadores das áreas de avaliação, estarão dispostos os cursos de doutorado aprovados e vinculados a programas existentes e receberão a mesma nota do programa, ou deverão receber, pelo menos, a nota 4 (quatro). Periodicamente haverá a avaliação de permanência avaliativa, realizada pela

CAPES, para análise dos programas em funcionamento. Após a avaliação periódica, cada programa em funcionamento receberá apenas uma nota, na escala de 1 (um) a 7 (sete). Serão regulares os programas que receberem nota igual ou superior a 4 (quatro) e desativados os programas que receberem nota inferior a 3 (três), esses programas que receberam nota 3 (três) serão regulares se compostos por apenas um curso de mestrado, serão desativados os programas compostos por mestrado e doutorado ou aqueles com nível de doutorado.

Para os critérios de avaliação, a CAPES dividiu as 49 áreas de avaliação em dois níveis, sendo agregadas, por critério de afinidade: Primeiro nível em “Colégios” e Segundo nível em “Grandes Áreas”. Os “Colégios” foram divididos em 3 grandes áreas: “Ciência da Vida”, “Humanidades” e “Ciências Exata, Tecnológicas e Multidisciplinar”.

No processo de avaliação, a nova ficha que é um roteiro indicativo de como deve ser a avaliação no país, há o que se chama de autoavaliação dos Programas de Pós-graduação. Nessa fase, os partícipes do Programa devem passar por um processo de diagnóstico interno, envolvendo o corpo técnico, discente e egressos, bem como a sociedade civil.

A Avaliação Institucional, segundo Zanetti, Bertolini e Silva (1995), é responsável pelo nível de qualidade do trabalho acadêmico, por exigir da Instituição requisitos que denotam a preocupação com essa garantia, pois priorizam a pesquisa, a pluralidade de conhecimento e a capacitação dos docentes, como elementos definidores das funções da Universidade, “representada sobre a defesa da Universidade Pública, gratuita, laica, democrática, com produção e disseminação do conhecimento”.

Para Santos, Sadala e Borges (2012), a Avaliação Institucional eleva o nível da qualidade de uma instituição educacional, e, sendo esse um objetivo básico da educação, as Instituições deverão dar a devida atenção a elas. Como o aumento da demanda para o ensino na educação superior indicou a necessidade de ampliação, as instituições deverão tornar-se mais eficientes nas atividades universitárias e empreender maior eficácia e rendimento em suas ações para conseguir atender à altura esse novo público.

Como disse Abreu Junior (2009), a “avaliação institucional surge, pois, como um dos pilares da gestão universitária racionalizada”, e deverá envolver todos os participantes dos processos universitários que irão garantir os resultados deste processo, analisando e diagnosticando problemas, implantando e mudando as ações que tenham foco em preocupações desnecessárias. E, nesse envolvimento dos participantes, deverão incentivar as ações de participação coletiva, pois a sinergia gerada entre os participantes, irá agregar as experiências e relatos individuais, como resultado, gerando um maior nível de entrega.

Conforme Oliveira (p.5 2018), as contribuições das avaliações são as de “Produzir conhecimentos, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, além de prestar contas à sociedade”.

Autoavaliação é um processo que tem como meta uma a elevação contínua do grau de qualidade, não sendo apenas um ato isolado e pontual, devendo sempre buscar análises de diferentes perspectivas. As IES, que se por tratarem de uma instituição em contínua mudança, as análises na autoavaliação também deverão mudar com o tempo, pela necessidade de uma reavaliação contínua do processo.

Os processos de avaliação não se encerram nas conclusões dos seus relatórios ou nas ações realizadas a partir de seus resultados e que, com um acompanhamento de uma revisão sistemática e permanente, podem melhorar as ações institucionais e as suas políticas.

Uma oportunidade encontrada nas avaliações é identificar novos conhecimentos, não apenas dos avaliados como também dos avaliadores, pois a avaliação, toma como prática todas as reflexões nela aplicadas. Outra oportunidade seria a própria prática da avaliação, pois quanto mais avaliações são feitas, mais natural se torna, pois, os envolvidos saberão dos procedimentos corretos, minimizando os erros, com o passar das práticas.

Diante disso, pode-se afirmar que o conceito de “avaliação” e a disseminação de uma “cultura de qualidade” estabelecem-se no quadro de um fortalecimento das universidades e de um aumento da confiança na capacidade de autorregulação e autoavaliação das instituições de ensino superior. Se, na década de 1950, o planejamento permitia ao Estado antecipar as mudanças e gerá-las, a avaliação da qualidade dos programas de graduação e de pós-graduação se instala como um mecanismo regulador, após práticas, de natureza heterônoma e pragmática. As políticas universitárias que visam estabelecer uma cultura de qualidade, como expressão de uma sociedade auditada, traduzem-se na disseminação de procedimentos de avaliação que têm um impacto notável nas práticas das instituições e dos acadêmicos. (Balbachevski, 2005; Bernheim; Chauí, 2008; Carvalho, 2018; Lima, 2010).

Percebe-se, assim, que a realidade de cada comunidade pode ser modificada por meio da atuação das Universidades, contribuindo para a formação de profissionais em diversificadas áreas, com grande qualidade para assumir postos com responsabilidade e boa qualificação no mercado de trabalho.

As avaliações dão a oportunidade de se analisar o alinhamento das dissertações dos alunos da pós-graduação com as diretrizes do programa, como também devem ser verificadas

as produções tecnológicas e as ações de inserção social que hoje são uns dos pilares de avaliação da CAPES.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Este trabalho contribui para a criação de um modelo que pode ser adaptado e replicado em outras instituições de ensino superior. Esta investigação pretende responder à seguinte questão de pesquisa: Quais os desafios decorrentes da gestão dos PPGs da UFMS, considerando a proposta do Grupo de Trabalho (GT) de Auto Avaliação da Capes? Para responder a esse questionamento, pretendemos observar:

Alinhamento Estratégico e Qualidade Acadêmica: A implementação de um projeto de autoavaliação para os cursos de pós-graduação é fundamental para garantir que esses programas estejam alinhados com as políticas e direcionamentos estratégicos da UFMS. Convém comentar que essa avaliação contínua e sistemática pode realçar a qualidade acadêmica, incentivando melhorias constantes e garantindo que os programas atendam às necessidades do contexto educacional e do mercado de trabalho.

Diagnóstico Integrado de Fortalezas e Desafios: A caracterização da pós-graduação e a identificação dos pontos fortes e os desafios enfrentados pelos programas permitem um diagnóstico integrado, essencial para o planejamento estratégico e a tomada de decisão. Esse diagnóstico facilita a identificação de oportunidades de inovação e aprimoramento, contribuindo para a excelência acadêmica e administrativa.

Participação e Percepção dos Stakeholders: A sistematização das percepções dos coordenadores de programas de pós-graduação oferece uma visão valiosa das operações internas e da eficácia das políticas atuais. Essa abordagem inclusiva e participativa assegura que as vozes dos principais *stakeholders* sejam ouvidas, promovendo uma cultura de transparência e colaboração na instituição.

Desenvolvimento de um Modelo de Avaliação Adaptativo: Ao apresentar um escopo para um projeto de autoavaliação, o trabalho contribui para a criação de um modelo que pode ser adaptado e replicado em outras instituições de ensino superior. Essa abordagem inovadora pode servir como referência para a melhoria contínua em gestão universitária, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Contribuição para a Regulação e Políticas Educacionais: O estudo alinha-se aos requisitos de regulação do ensino superior e pode fornecer *insights* valiosos para formuladores de políticas educacionais. Ao compreender melhor os desafios e as potencialidades dos

programas de pós-graduação, o trabalho pode influenciar a formulação de políticas mais eficazes e a alocação de recursos em áreas que necessitam de maior atenção.

Avaliação para Melhoria Contínua e Inovação Pedagógica: A implementação de um projeto de autoavaliação é crucial para fomentar a cultura de melhoria contínua e a inovação pedagógica nos programas de pós-graduação. Esse processo possibilita a identificação de práticas exitosas e áreas que necessitam de desenvolvimento, incentivando a adoção de abordagens pedagógicas inovadoras e o aprimoramento do currículo.

Adaptação às Mudanças do Cenário Educacional: Em um contexto de rápidas mudanças tecnológicas e transformações sociais, é imprescindível que os programas de pós-graduação se adaptem continuamente para atender às novas demandas do mercado e às expectativas da sociedade. O projeto de autoavaliação oferece uma ferramenta dinâmica para que a UFMS se mantenha atualizada e relevante nesse cenário mutável.

Empoderamento da Comunidade Acadêmica: Ao envolver coordenadores e outros membros da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação, o projeto promove o empoderamento desses indivíduos, incentivando a participação ativa na gestão e na melhoria dos programas. Isso não só melhora a eficácia do processo de avaliação, mas também fortalece o senso de propriedade e o comprometimento com a excelência acadêmica.

Benchmarking e Intercâmbio de Boas Práticas: A sistematização e a análise das práticas adotadas nos diversos programas de pós-graduação podem servir como base para *benchmarking*, permitindo a comparação com outras instituições e a identificação de melhores práticas. Isso facilita o intercâmbio de conhecimentos e de experiências, contribuindo para a elevação dos padrões de qualidade em educação.

Responsabilidade Social e Impacto Comunitário: A autoavaliação dos programas de pós-graduação também têm um papel importante na verificação do impacto social e comunitário desses programas. Avaliar como os cursos contribuem para a solução de problemas locais e regionais, e como eles atendem às necessidades da comunidade, reforça o compromisso da UFMS com sua responsabilidade social e seu papel na sociedade.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar parâmetros administrativos e políticos-pedagógicos para o desenvolvimento de um projeto de Autoavaliação para os cursos de Pós-Graduação da UFMS.

1.3.2 Específicos

- Caracterizar a Pós-Graduação no contexto da UFMS, considerando suas políticas e direcionamentos estratégicos (Pesquisa documental).
- Identificar os pontos fortes e os desafios encontrados pelos Programas de Pós-Graduação da UFMS (Pesquisa Documental).
- Sistematizar, a partir da percepção dos Coordenadores, os pontos fortes e os desafios dos Programas de Pós-Graduação da UFMS (Questionário).

1.4 JUSTIFICATIVA

A Avaliação é importante por contribuir para que a gestão do programa tenha subsídios para um constante aperfeiçoamento e uma contínua busca pelo conhecimento produzido, visto que toda Instituição utiliza esses conhecimentos para direcionar as ações de melhoria dos programas, tendo como meta a elevação do conceito dos seus Programas mediante avaliações da Capes.

Este estudo se justifica por servir de base para que todos os programas tenham em mãos uma consulta rápida e direta de onde deverão atuar para que seus desempenhos nas notas sejam melhorados, acompanhando, por meio da autoavaliação, e aprimorando, por intermédio do diagnóstico realizado, em que precisa estrategicamente ser ajustado. Em suma, a pesquisa se justifica, ainda, pela:

1. **Necessidade de Avaliação Interna:** A autoavaliação é crucial para identificar áreas de melhoria, assegurando que a UFMS atenda aos padrões acadêmicos e às expectativas da sociedade.
2. **Alinhamento com Tendências Globais em Educação Superior:** A adoção de práticas de autoavaliação coloca a UFMS em consonância com as tendências globais em gestão da educação superior, promovendo uma cultura de qualidade e excelência.
3. **Feedback Direto dos Stakeholders:** O envolvimento de coordenadores e dos professores no processo de autoavaliação fornece *feedback* valioso e direto, essencial para o aprimoramento dos programas.

4. **Resiliência e Adaptação a Mudanças:** A capacidade de se adaptar a mudanças no cenário educacional é vital, e a autoavaliação auxilia a instituição a ser mais resiliente e adaptativa, pois se adequa às percepções constatadas na avaliação.
5. **Desenvolvimento Profissional Continuado:** A autoavaliação pode identificar necessidades de formação e de desenvolvimento profissional dos docentes, contribuindo para a excelência pedagógica.
6. **Aprimoramento da Gestão Institucional:** A autoavaliação contribui para uma gestão mais eficiente e eficaz, identificando processos que podem ser otimizados.
7. **Transparência e Responsabilidade:** A autoavaliação promove a transparência e a responsabilidade na gestão dos programas de pós-graduação, elementos-chave para a confiança da sociedade e da comunidade acadêmica.
8. **Fomento à Pesquisa e Inovação:** A avaliação dos programas pode revelar pontos de força e de fraqueza na pesquisa, incentivando a inovação e a excelência na produção científica.
9. **Internacionalização da Educação:** A autoavaliação pode preparar programas para padrões internacionais de educação, facilitando parcerias e intercâmbios globais.
10. **Sustentabilidade e Impacto Social:** Avaliar a contribuição dos programas para a sustentabilidade e para o impacto social reforça o papel da UFMS como agente de transformação na comunidade.

Tais argumentos indicam que, para um alcance maior dos resultados desta pesquisa, é preciso buscar o apoio de instituições que oferecem programas com linhas de pesquisa voltados para a temática desta dissertação, como o Mestrado em Administração Universitária (PPGAU) ofertado pela UFSC, com linhas de pesquisa específicas nesse tema, e do qual faço parte.

1.4.1 Aderência ao PPGAU

O Mestrado Profissional em Administração Universitária da UFSC tem como área de concentração uma única área intitulada “Gestão Universitária”, conforme descrito no endereço eletrônico do programa, e “busca estudar e aplicar sistemas, modelos, técnicas e políticas para a profissionalização das instituições de educação superior, considerando a complexidade de sua gestão e sua importância para o desenvolvimento da sociedade”. O Programa tem três linhas de pesquisa, conforme exposto a seguir:

Tabela 1: Linhas de Pesquisa

Área de Concentração	Linha de Pesquisa	
Gestão Universitária	1	Análises, Modelos e Técnicas em Gestão Universitária
	2	Políticas Públicas e Sociedade
	3	Sistema de Avaliação e Gestão Acadêmica

Esta pesquisa se enquadra na “Linha de Pesquisa 3”, intitulada como “Sistema de Avaliação e Gestão Acadêmica”, pois está voltada para o desafio de diagnosticar no processo de autoavaliação dos PPGs da UFMS, à luz da Meta-Avaliação proposta pela Capes.

A tabela 9, a seguir, lista as dissertações identificadas como “Avaliação Institucional”, que foram defendidas no PPGAU e nos serviram como guia nesta pesquisa.

Tabela 2: Levantamento de Dissertações

	Autor	Orientador	Título	Ano
1	Melissa Maria de Souza Zimmermann	Lourdes Alves	<i>Avaliação Institucional: proposta de instrumento de meta-avaliação para a avaliação interna de IES</i>	2021
2	Carlos Aloísio Klunk	Mário de Souza Almeida	<i>Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Aquicultura da UFSC sob a percepção dos alunos titulados, ingressos a partir de 2005 e egressos até 2014</i>	2015
3	Liliane Machado Martins	Andressa Sasaki Vasques Pacheco	<i>Proposta de diretrizes para a aplicabilidade da autoavaliação institucional na gestão dos cursos de graduação</i>	2020
4	Manoela Müller de Oliveira	Raphael Schlickmann	<i>Avaliação formativa de política pública: proposta de melhoria da gestão do programa de apoio à pesquisa (pap) da UDESC</i>	2018
5	Cristina Missao Borille Kuba	Raphael Schlickmann	<i>Avaliação da extensão: recomendações de alternativas a partir de uma abordagem racionalista - IFSC</i>	2018
6	Carla Cristina da Silveira Trilha	Andressa Sasaki Vasques Pacheco	<i>Modelo de avaliação de desempenho para almoxarifados em universidades públicas: uma aplicação na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC</i>	2017
7	Tânia Regina Tavares Fernandes	Rogério da Silva Nunes	<i>Avaliação da gestão de processos das coordenadorias de apoio administrativo dos centros de ensino: um estudo de caso</i>	2017

8	Evandro Silveira	Andressa Sasaki Vasques Pacheco	<i>Gestão do programa de pós-graduação em administração universitária a partir do sistema de avaliação da Capes</i>	2016
9	Ana Paula Guimarães	Rogério da Silva Nunes	<i>Os parâmetros de avaliação do SINAES na percepção dos estudantes do curso de Graduação em Administração: um estudo em Apucarana-PR</i>	2015
10	Maria Aparecida Silva Alves	Marcos Baptista Lopez Dalmau	<i>Análise qualitativa dos indicadores do SINAES em relação às ações dos tutores na educação superior a distância</i>	2014
11	Arcângelo dos Santos Safanelli	Luiz Salgado Klaes	<i>Avaliação da gestão do curso de Administração pública da universidade federal de Santa Catarina</i>	2013
12	Melissa Liotto	Rogério da Silva Nunes.	<i>Avaliação do curso superior tecnológico em gestão pública na modalidade a distância: um estudo de caso no IFSC</i>	2013
13	Mário Kobus	Alexandre Marino Costa	<i>Avaliação da gestão do planejamento da UFSC, utilizando a metodologia multicritérios de apoio à decisão - MCDA</i>	2012

No total, foram identificadas 13 dissertações sobre o tema Avaliação no “Repositório Institucional da UFSC”. Contudo, apenas duas estão relacionadas à Avaliação de instituição da pós-graduação, outras se referem à graduação, à melhoria nos procedimentos de gestão, da extensão, do EAD e da gestão do planejamento.

Das duas dissertações relacionadas, a pesquisa da discente Melissa Zimmermann utilizou, como instrumento de coleta, o questionário, no mesmo molde desta dissertação. Assim, a partir dos dados coletados, foram definidos os elementos em busca dos atributos, critérios e identificadores, para compor um protótipo de instrumento de meta-avaliação para utilização na avaliação do processo e dos resultados da autoavaliação institucional.

A segunda dissertação é de autoria do discente Evandro Silveira, que tem como proposta a mudança da Gestão do PPGAU, frente às avaliações da Capes e consiste em uma abordagem de estudo de caso, adotando uma pesquisa documental, analisando o corpo docente/discente e suas dissertações e produções intelectuais, com vista à inserção social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

As transformações que estão ocorrendo mundialmente nos sistemas nacionais de Educação Superior, especialmente nas últimas décadas, têm entre seus aspectos centrais um notável crescimento no nível de pós-graduação.

Stallivieri (2007) aponta que o crescimento exponencial das instituições privadas superiores no Brasil é proporcional a capacidade dos alunos em pagarem as mensalidades, enquanto tiverem fontes de financiamento governamentais como programas de créditos educativos, bolsas de estudos e financiamentos individuais dos alunos, o crescimento continuará, mas esse crescimento não é sustentável, pois o número de instituições de Ensino Superior privado cresce muito além dos números de alunos capazes de arcarem com essas mensalidades. Outro fator preponderante a isso se revela na forte concorrência no setor, pois as instituições já procuram alternativas tanto de retenção como de busca em outras instituições, dos alunos com capacidade de pagamento, facilitando o ingresso nas instituições e garantindo a qualidade do ensino oferecido, com programas diferenciados, como a internacionalização.

Stallivieri (2007) também acrescenta que o financiamento das instituições públicas são quase que totalmente realizadas pelo governo, pois a outra pequena parte do recurso vem da arrecadação direta feita pelas instituições, isso não representa mais do que 3,5% do seu orçamento total. Para as instituições privadas, os valores do orçamento advêm das mensalidades pagas pelos alunos. Alguns poucos recursos, em torno de 5%, podem vir de incentivos governamentais, por meio de projetos para o desenvolvimento de pesquisa e de pós-graduação.

Há, também, para as instituições filantrópicas, a possibilidade de concessão de bolsas aos alunos, mediante incentivos fiscais concedidos pelo governo, e oriundos de dois tipos de isenção fiscal: do imposto de renda e das contribuições para fins de seguridade social. Essas instituições são sem fim lucrativo, de utilidade pública e que aplicam integralmente os resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Stallivieri (2007) informa, também, que a criação de novos centros universitários por intermédio de credenciamentos de faculdades integradas surgiu como efeito do crescimento do ensino médio, que geram duas forças propulsoras que movem a expansão do ensino

superior: a primeira, pela necessidade do mercado de trabalho que necessita de profissionais capacitados, com novos perfis, qualificação e conteúdo; a segunda, pela aspirações culturais de qualquer jovem que termina o ensino médio, almeja frequentar um curso de ensino superior.

Cury (2020) sugere que as características e o papel que a pós-graduação deve desempenhar estão atualmente sendo discutidos e repensados conceitualmente. Uma revisão da literatura sobre a questão permite inferir que a pós-graduação é, atualmente, um tema de debate obrigatório nas instituições e nos sistemas de Ensino Superior. Conforme pontuam Morosini (2009), Silva; Martins (2008) e Saviani (2005), o ensino superior avançado registra algumas tendências, como: o crescente número de candidatos à pós-graduação, que também apresentam um perfil mais diversificado. Entretanto, nesse aspecto, os coordenadores pesquisados destacam a necessidade de maior atenção: ao papel mais significativo da investigação científica e aplicada no desenvolvimento econômico e social; à internacionalização da oferta educativa; ao papel mais ativo nas políticas de pós-graduação dado por uma preocupação estatal com esse nível de formação, destacando, assim, a opinião dos coordenadores sobre a importância da internacionalização dos PPGs. Assim, os coordenadores sugerem que:

A instituição precisa ter ações mais efetivas para o crescimento do PPG: 1) apoio financeiro para a internacionalização; 2) melhoria do espaço físico para o secretário do PPG do Câmpus; 3) oferecer espaço físico para a coordenação do Programa; 4) auxiliar os coordenadores no preenchimento da Plataforma Sucupira; 3) participação ativa dos atores com as políticas da pós-graduação irá contribuir com o desenvolvimento econômico e social e, conseqüentemente, com a abrangência das pesquisas.

Nesse sentido, Oliveira e Azevedo (2020) observam que o desenvolvimento do conhecimento e o seu impacto na economia e na sociedade contribuem para a expansão dos cursos de pós-graduação na medida em que exige maior especialização e formação mais complexa e interdisciplinar. Como se vê, essas necessidades geram uma demanda por pessoal qualificado. Para isso, é necessária a superação de concepções que impõem limites rígidos entre o ensino, a pesquisa e a prática profissional, ou seja, a integração entre os programas. A transformação no ensino de pós-graduação deve implicar um equilíbrio entre pesquisa e formação. Vale afirmar que, muitas vezes, ocorre que as políticas de pós-graduação vão na contramão das necessidades da demanda. Por sua vez, no aspecto do processo de internacionalização há grande intensidade no nível de pós-graduação, principalmente com o crescimento da oferta virtual. Esse crescimento tem maior impacto nas políticas públicas, nomeadamente no aumento do financiamento estatal, nos incentivos ao crescimento da oferta privada e no desenvolvimento de sistemas de bolsas de estudo.

Em linhas gerais, de acordo com estudos de Tinoco (2016), assim como de Trevisol e Balsanello (2022), as tendências dos cursos de pós-graduação mostram o objetivo da formação geral, pessoal e intelectual para que o aluno adote uma atitude mais aberta e flexível diante de um objeto de conhecimento, comunique-se melhor além das fronteiras de sua própria disciplina e demonstre ser intelectualmente autônomo. Deve ser facilitada a construção de um ambiente de ensino-aprendizagem que facilite o trabalho colaborativo e interdisciplinar, a participação ativa dos alunos nos seus processos de formação, a sua integração em equipes de trabalho, a resolução de problemas complexos em tempo real, a geração de resultados, aprendizagem autônoma supervisionada de forma colegiada (Abreu Júnior, 2009).

Autores, como Oliveira e Azevedo (2020) e Alvim (2022), também identificam a qualidade da oferta de pós-graduação como um problema, intimamente ligado ao financiamento, particularmente durante a década de 1990 e, nesse sentido, também observam diferenças entre cada região. A explosão do número de matrículas e do número de instituições de ensino não implicou um aumento equivalente de recursos. As restrições financeiras para cobrir adequadamente as despesas em educação, ciência e tecnologia causam uma situação muito grave para os programas e contribuem para distorcer o sistema de ensino superior. Essa percepção, todavia, varia entre os programas.

Nas sociedades modernas, as funções da educação pós-graduada visam o aperfeiçoamento dos graduados universitários em dois aspectos principais: a especialização profissional e a formação de pesquisadores e professores universitários. No Brasil, porém, de acordo com estudos de Arruda, Paschoal e Demo (2019), existe uma incapacidade de adaptar institucionalmente os sistemas aos novos desafios. Assim, as dificuldades no cumprimento desses objetivos devem-se, em grande parte, ao elevado grau de heterogeneidade existente nos sistemas nacionais de Ensino Superior, o que implica diferenças não só ao nível da diversidade das propostas, mas também na sua qualidade.

Schwartzman (2010), por seu lado, considera que os mecanismos de avaliação instituídos há várias décadas precisaram ser modificados em muitos detalhes. Entretanto, essa modificação não atingiu seus aspectos conceituais e, hoje, surgem problemas que exigem uma discussão mais aprofundada do sistema. Polidori, Fonseca e Larrosa (2007) asseveram que nos sistemas de avaliação e acreditação da qualidade predominam visões dominadas pelos paradigmas de ensino de graduação e pós-graduação das Ciências Exatas e Naturais que se impõem às demais disciplinas, com base na sua investigação sobre a relação entre as formas de conhecimento e as comunidades de conhecimento a elas associadas em diferentes instituições. Os autores sustentam que, no mundo acadêmico, os domínios do conhecimento têm elevado

prestígio. Em geral, as áreas e profissões de menor prestígio adotam características e metodologias das de maior prestígio para aumentar a hierarquia ou porque são elas que dominam e impõem mediante diversos mecanismos, como a alocação de recursos.

Atualmente, segundo pontuam Arruda, Paschoal e Demo (2019), há um debate sobre a avaliação e o credenciamento de cursos de pós-graduação acadêmica e profissional no Brasil. O problema manifesta-se principalmente ao nível da avaliação e acreditação da qualidade e ao das políticas de financiamento, visto que um dos desafios citados pelos coordenadores foi justamente na escassez de recursos financeiros e humanos. Essa discussão alinhada ao que também acontece mundialmente, tem a ver, entre outros aspectos, com a ampliação da oferta de pós-graduação e a demanda desses cursos pelos setores produtivos. No Brasil, os problemas são acentuados pelo fato de os resultados da avaliação estarem associados aos recursos, conforme dito por um coordenador: “...sabe-se que para superar tais desafios são precisos recursos vultosos e que nem sempre estão à disposição das instituições públicas.”

Schwartzman (2010) observou que o elevado número de doutores formados anualmente no Brasil e o crescente número de publicações têm, entre seus principais fatores explicativos: a) a adoção do modelo norte-americano de cursos de pós-graduação estruturados a partir do reforma de 1968, b) os requisitos legais de qualificação para contratação e para o reconhecimento e autorização de carreiras e universidades, c) o investimento em bolsas de estudo no Brasil e no exterior, d) o sistema de avaliação da qualidade instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão responsável pela avaliação de mestrados e de doutorados, de pós-graduações acadêmicas ou *stricto sensu*.

É interessante comentar, de acordo com Lima (2010), que a palavra desafio está associada aos termos: desafio, dificuldade ou estímulo que serve de motivação para alcançar o que se propõe. Assim, podemos apontar que desafio é uma situação difícil que envolve obstáculos para a pessoa transpor e que mostra, nesse sentido, que ela terá dificuldades em cumprir tarefas e objetivos. No entanto, isso não significa que os objetivos não possam ser alcançados.

Para o atendimento dessas finalidades, a educação superior vislumbra sempre a inovação, desde o primeiro item, “Estimulando” e “Desenvolvendo”, as criações de cultura, o espírito e o pensamento, sempre voltados para uma busca de novos horizontes.

Com isso, a LDB (2018) registra que a educação superior tem, como finalidade:

I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.

II. formar diplomados aptos, nas diferentes áreas do conhecimento, para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e para colaborar na sua formação contínua.

III. incentivar o trabalho de pesquisa e da investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e, ainda, a criação e difusão da cultura para, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos/ que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por intermédio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

No item três, também verificamos a palavra “Incentivar” a pesquisa e “Investigar” cientificamente, voltado para a relação do homem com o meio ambiente em que vive, no item cinco, verificamos o “Aperfeiçoamento” cultural e profissional, concretizando em estruturas intelectuais de conhecimentos de cada região, e em consequência a contínua evolução e inovação para o mundo, conforme destacado no item seis, que gera uma relação de reciprocidade da inovação com a comunidade, onde há a participação ativa da população envolvida, conforme destaca no item sete. (Zanetti; Bertolini; Silva, 1995)

2.2 A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Antes do Século XX, as pesquisas científicas eram feitas individualmente, pelo esforço de cada pesquisador ou grupos acadêmicos, que formaram as primeiras sociedades científicas no Brasil: a Academia Brasileira de Ciência (1916) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1949). Nesse sentido, o início da graduação no Brasil, iniciou-se tardiamente, ocorrendo apenas 400 anos depois do seu descobrimento.

É necessário notar que o surgimento e a expansão da pós-graduação no Brasil precede, cronologicamente, as tendências observadas no final do século XX. Esses processos devem ser compreendidos, então, no contexto da crescente industrialização e urbanização das décadas de 1960 e 1970 e da percepção da universidade como instância central nesse desenvolvimento, devido às suas contribuições para o conhecimento científico e tecnológico. Os chamados planos nacionais de pós-graduação, desenvolvidos entre 1977 e 1989, são produto dessa percepção e do propósito declarado de formar recursos humanos de excelência em relação a projetos de pesquisa e desenvolvimento vinculados ao sistema produtivo (Costa; Dias, 2020; Silveira, 2016; Trevisol; Balsanello, 2022).

Entretanto, os primeiros passos da pós-graduação, em território brasileiro, ocorreram, de acordo com Balbachevsk (2005), no início da década de 1930, época em que alguns professores estrangeiros trouxeram para o país alguns modelos institucionais para o estudo da pós-graduação. Esses modelos continham alguns esquemas tutoriais entre um professor catedrático e um pequeno grupo de alunos, que viriam a se tornar os futuros docentes dessas instituições.

O início da pós-graduação foi desenvolvido sem nenhuma regulamentação, pois, na maioria das vezes, era considerada mais uma extensão da própria carreira docente, por não haver uma regulamentação, a maioria das dissertações e até mesmo as teses, demoravam até mais de 10 anos para a defesa, devido à complexidade daquela época. Mesmo com o título, isso não impactava muito a educação superior brasileira, pois como se tratava de um seleto grupo que se encontrava em pouquíssimas universidades, portanto, esses títulos pouco valiam. Mas a persistência desses grupos foi essencial para a formação da pós-graduação, no Brasil (Balbachevsk, 2005).

Na década de 1940, tivemos o início formal do termo “Pós-Graduação”, que constava no Estatuto da Universidade do Brasil, no seu Artigo 71. E, na década de 1950, foram firmados acordos entre os Estados Unidos e o Brasil, a fim de fomentar o intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores (Santos, 2003). Essa consequência foi verificada na década de 1960, quando houve um grande impulso nos cursos de pós-graduação, e o Governo Federal reconheceu os cursos de pós-graduação, além do bacharelado, como um novo nível da educação.

Vários programas foram, então, iniciados nessa época, com formação de mestrados e de doutorados, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Físicas e Biológicas), Universidade de Brasília com mestrado em matemática e o doutorado do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o mestrado e o doutorado na Escola Superior de Agricultura de

Viçosa, assim como na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e o curso de Engenharia, no Instituto Tecnológico da Aeronáutica em São José dos Campos.

As atividades de pesquisa consolidaram-se em meados da década de 1960 do Século XX, por meio dos esforços organizativos da ciência brasileira, mostrando ser possível a recuperação. Segundo o FWCI (*Field-Weighted Citation Impact*) da ciência brasileira passou de 0,7 em 1996 para 0,85 em 2022. Já o número de artigos científicos brasileiros publicados no período aumentou nove vezes: passou de 8,3 mil em 1996 para 74,6 mil em 2022. Relatando também que apesar do gigantesco aumento da produção científica, o Brasil tem conseguido manter a média de citações de seus trabalhos, aproximando-se cada vez mais da média mundial.

Um dos esforços resultantes dos anos 1960, foi a implementação, na década de 1970, de um sofisticado sistema de avaliação para sistematizar o apoio oficial ao desempenho dos programas de pós-graduação, estabelecendo, assim, um mínimo de qualidade acadêmica. Esse sistema foi implantado pelo Ministério da Educação, por intermédio da Capes, para submeter a um conjunto consistente de políticas, com a objetividade de ampliar o crescimento sem perder a qualidade.

Paralelo a isso, o CNPq, ligado ao Ministérios das Ciências, Tecnologias e Inovações, intensifica as ações de fomento à pesquisa, pois oferta novas linhas de apoio, democratizando ainda mais a distribuição de recursos em todas as regiões do Brasil. Contribui para a formação de novos recursos humanos, pois incentiva e premia os alunos que participam de concursos de iniciação científica de atividades de pesquisa, além de incentivarem as instituições que auxiliam esses discentes para o cumprimento das metas e das conclusões.

Um importante marco a ser destacado foi o Parecer nº 977, de 1965, conhecido como Parecer Sucupira, emitido pelo Conselho Federal de Educação, que veio formalizar a implantação da Pós-Graduação no Brasil. O modelo de pós-graduação implantado foi de uma nova concepção de universidade, vindos dos países mais desenvolvidos (MEC/CFE, Parecer nº 977/65).

Entretanto, a efetiva regulamentação da pós-graduação foi concretizada apenas após a reforma universitária, em 1968, no auge da ditadura militar, em que o governo impôs uma profunda reforma no ensino superior, pressionado pelos movimentos estudantis e sociais. Esse novo modelo se baseou no modelo Norte Americano (Balbachevsk, 2005), onde foram substituídos os modelos de cátedras pela organização departamental, com a contratação de professores em tempo integral, substituindo o tradicional sistema de cursos sequencias, em sistema de créditos.

Assim, foram criados os níveis de Mestrado e de Doutorado, com muita semelhança à estrutura Americana. Posteriormente, a legislação nacional foi modificada para manter o padrão Americano, que, também, havia mudado, pois foram alterados para os sistemas de combinação de cursos, créditos, exames e as teses e dissertações supervisionadas (Balbachevsk, 2005).

Essa mesma legislação dividiu a pós-graduação em duas categorias, “*Stricto Sensu*” e “*Lato Sensu*”; a primeira voltada para a carreira acadêmica e a segunda para atividades profissionais ou outras organizações.

Nesse período, foi concedido à Capes uma atribuição como financiadora e avaliadora da pós-graduação em geral, tarefa que ela desenvolveu com um sistema de avaliação e de qualificação dos cursos que continham a ampla participação da comunidade científica. Essas participações mais efetivas fizeram com que a pós-graduação, no Brasil, evoluísse muito nos últimos tempos, graças aos bons investimentos, leis de incentivo e de um papel fundamental das agências de fomento à pesquisa, no país, que determinaram o sucesso para que os programas que o Brasil possui, se tornassem conceituados.

A Capes surgiu com o objetivo de “Assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficiente para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país” e “Oferecer indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamento”, mediante o Decreto nº 29.741 11/07/1951.

Nessa época, com a decorrente industrialização do Brasil, exigia-se mão de obra qualificada para alavancar esse desenvolvimento, visto serem necessárias as negociações comerciais com os países desenvolvidos.

Na sua atuação, a Capes (2019) estabeleceu um padrão de qualidade para os programas de pós-graduação que foram essenciais para o desenvolvimento científico no país, pois foi o órgão responsável pela introdução e criação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), que norteiam as políticas públicas e sintetiza as diretrizes, fazendo proposta, cenários de crescimento do sistema, de metas e de orçamento para execução das ações.

As atividades da Capes se baseiam em quatro frentes de ações, são elas:

- Avaliação da pós-graduação “*Stricto Sensu*”.
- Acesso e divulgação das produções científicas.
- Investimento na formação de recursos de alto nível no país e no exterior.
- Promoção da cooperação científica nacional e internacional.

Em 1976, a Capes implantou o sistema de avaliação da pós-graduação, uma ação fundamental para o aperfeiçoamento do ensino no Brasil, que foi um marco decisivo na elevação da qualidade, com aprimoramento e regulação dos cursos dos programas, acompanhando a evolução da educação, e proporcionando dados essenciais para a política de investimento, no setor educacional brasileiro.

Para assegurar as assimetrias regionais, as avaliações da Capes deverão considerar algumas distorções, pois, no Brasil, como um país continental, essas características regionais não poderão ser desconsideradas para que não haja distorções de avaliação, considerando-se que as avaliações deverão refletir o desenvolvimento dessas atribuições e dos conceitos regionais.

O processo de avaliação realizado pela Capes foi aceito como um importante referencial de qualidade para os programas de pós-graduação, no Brasil. Com a avaliação, foi permitido aos programas planejar o seu desempenho e sempre tentar melhorá-lo, pois com as metas a serem alcançadas, os programas tinham conhecimento que poderiam ter apoio em recursos para a pesquisa e a infraestrutura, além de bolsas de estudos para os seus discentes pesquisadores.

O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), vinculado ao MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) constitui outra fonte de fomento que temos no Brasil, sendo destinada ao apoio da pesquisa científica e tecnológica, e na formação de recursos humanos para a pesquisa no país.

Uma das suas funções foi atribuída na década de 1970, que era a articulação da política de ciência e tecnologia no Brasil, entre as várias modalidades de apoio à pesquisa científica, o CNPQ oferece subsídios a publicações científicas, apoio à capacitação de pesquisadores por intercâmbio e congressos científicos. As bolsas concedidas vão desde a iniciação científica até a produtividade em pesquisa.

As distribuições das bolsas, pela Capes, em Demanda Social, que representa a maior quantidade de bolsas, em porcentagem por região no Brasil, do seu total de 46.229 bolsas de mestrados e doutorados, estabelecem um padrão ao longo do tempo, sendo a maior porcentagem com a Região Sudeste, onde temos aproximadamente 19.401 bolsas representando 41,97%, a Região Sul com 8.925 bolsas representando 19,31%, o Nordeste com 10.985 com 23,76%, Centro-Oeste com 4.133 e 8,94% e a Região Norte com 2.785 e 6,02%, total de 46.229 (CAPES, 2022).

É válido informar que a maior porcentagem se concentra nas regiões dos grandes centros urbanos brasileiros, pois a pós-graduação é muito recente e se desenvolveu no último

meio século, tendo sua expansão e importância sempre concentrada. Na atualidade, contudo, já temos a percepção de que existe uma atenção de que os programas e cursos de pós-graduação consigam sair dos grandes núcleos, e passem a “interiorização” no Brasil.

A pós-graduação, atualmente, se destaca por ter uma maior amplitude e importância, pois é um segmento que se encaminha para uma maior qualificação nacional e internacional. E, para a consolidação da pós-graduação, no Brasil, a Capes tem duas preocupações: a regulação e o constante aperfeiçoamento dos cursos de pós-graduação no país.

No início das suas atividades de controle e de regulação, a avaliação externa vem sendo utilizada com muita desconfiança, se é realmente a melhor forma de regulação. Sabidamente é evidente que a avaliação externa tem assegurado os padrões de qualidade mínima dos programas, mas os métodos utilizados não são voltados a uma avaliação formativa, pois não avaliam a ponto de identificar a solução dos problemas, apenas identificam os problemas.

Segundo Reis, Silveira e Ferreira (2010):

A modalidade Avaliação Institucional é compreendida de duas fases: a Autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição, orientada pelas diretrizes específicas; e a Avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo Inep, que tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa, independentemente de sua abordagem, orienta-se por uma visão multidimensional, que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade (p. 114).

Para Petrassi, Bornia e Andrade (2020), no estudo intitulado Avaliação do nível de satisfação discente de uma instituição de Ensino Superior: uma análise dos métodos da Teoria Clássica da Medida e da Teoria da Resposta ao Item” ressalta que a avaliação institucional tem por objetivo:

Um dos objetivos da autoavaliação (AA) institucional é capturar a percepção dos interessados quanto à qualidade e ao desempenho da instituição para planejar ações que possam aprimorar a gestão (BRASIL, 2004). A percepção quanto à qualidade é considerada um traço latente, pois não é possível medi-la diretamente. A maneira como se tratam os dados coletados, usualmente, aplicando técnicas da Teoria Clássica da Medida (TCM), deixa a interpretação dos dados sujeita a vieses, porque se apoia demasiadamente na subjetividade dos membros da Comissão. Além disso, Sartres e Souza-Formigoni (2013) citam o fato de que todas as medidas dependem da amostra de indivíduos que responderam ao instrumento, ou seja, as avaliações do teste são válidas somente se a amostra for representativa de fato da população do estudo. Outra limitação é que “[...] testes diferentes com índices de dificuldade e discriminação diferentes geram resultados diferentes para os mesmos indivíduos (p. 243, 645).

Leite *et al.* (2020) apontam, em seu estudo, que:

[...] teoricamente, podem ser apontadas diferentes orientações para a avaliação. Dentre os autores que tratam do tema, destacam-se os reconhecidos estudos e orientações de Ernest House, Worthen, Sanders e Fitzpatrick, Guy Neave, José Dias Sobrinho. Em termos de autoavaliação, no entanto, o campo de estudos e pesquisas se estreita: são citados autores como H. R. Kells, Anthony Vroeijenstijn, dentre outros.

Segundo Souza *et al.* (2018), o procedimento avaliativo, mais precisamente a autoavaliação institucional, deve ser transformado para buscar a melhoria contínua de seus processos, aprimorando as abordagens, os instrumentos e o próprio objeto a ser avaliado. É por isso que a avaliação deve, também, ser avaliada, para mensurar sua qualidade e se, de fato, está trazendo os resultados e informações esperados. Esse processo é denominado meta-avaliação, e está prevista na regulamentação do SINAES, cujo termo foi definido literalmente, por Scriven (1991), como a avaliação da avaliação.

Leite *et al.* (2020, p. 342), em seu estudo, demonstram que,

[...] na educação superior, o processo autoavaliativo é definido e autogerido pela comunidade acadêmica, que tem a titularidade da avaliação. O foco e os objetivos da AA são decididos pelos protagonistas. A reflexão sobre os resultados obtidos é central ao processo e leva em conta a correção de trajetórias e de futuros projetados. É uma forma de avaliação que exige tempo, recursos e dedicação.

Na busca de um melhor modo de ampliar o foco, a Autoavaliação é muito utilizada por várias instituições internacionais, por trazerem mais subsídios para o desenvolvimento do Sistema com qualidade, contribuindo para a construção da identidade, da heterogeneidade e do envolvimento dos programas avaliados. Assim, a sistemática deverá ser contínua, pois assegura a proximidade entre os avaliadores, externo e interno, aprofundando o relacionamento com trocas de informações, aumentando a contextualização e a natureza qualitativa da avaliação.

A autoavaliação (AA), quando feita de uma forma competente, apresenta resultados da realidade atual da instituição, pesando o contexto local e histórico que os constituem. Esse ato resulta de uma responsabilidade social, profissional e pública do programa ou instituição, feita com transparência, honestidade e veracidade, que fazem parte dos princípios éticos da instituição pública (Ricktenwald, 2005). Sobre isso, Reis, Silveira e Ferreira (2010, p. 127) destacam:

Para que o processo de avaliação da educação superior possa se tornar efetivo em todas as suas modalidades, e em particular na Autoavaliação Institucional, é, portanto, necessário que a Instituição, com todos os seus segmentos (docente, discente e técnico-administrativo), participe do processo de forma consciente e confiante.

Na nova proposta da avaliação, que constitui mudança de foco no processo avaliativo, em vez de a Capes esperar o resultado da autoavaliação realizada pelos programas, ela irá acompanhar a condução da sua autoavaliação. Dessa forma, cada programa poderá delinear a sua autoavaliação, captando a sua missão e os seus objetivos, incluindo o seu contexto social e internacional, com suas escolhas científicas específicas (Rodrigues, 2007). Com isso, o programa poderá potencializar os seus pontos fortes e indicar oportunidade e metas em seus pontos fracos, com clareza e máxima participação da comunidade institucional, para que todos percebam que estão sendo representada no diagnóstico da autoavaliação.

É importante lembrar que a avaliação externa é de extrema importância, atuando em consonância e articulação com a autoavaliação institucional, a Capes utiliza a autoavaliação externa como um dos quesitos na proposta da avaliação da instituição.

Segundo Leite (2005; 2008), o processo de avaliação com informações organizadas favorece o entendimento de situações e relações, construção de sentidos e conhecimentos sobre sujeitos, estruturas e atividades que ocorrem em uma instituição educativa em um determinado tempo.

2.3 A AUTOAVALIAÇÃO (AA)

Segundo Trevisol e Balsanelo (2022, p. 472), a AA ganhou centralidade nas políticas de avaliação da PG apenas nos últimos anos, sobretudo a partir da aprovação, no âmbito do Conselho Superior da CAPES, do documento intitulado “Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da Pós-Graduação” (CAPES, 2018a).

A ausência da AA foi apontada como uma das principais lacunas do atual sistema de avaliação da PG. A grande maioria dos PPG não dispõe de políticas de AA e de acompanhamento de egressos. O documento recomenda que a AA seja um processo regular, amplamente institucionalizado e participativo. Ela deve

[...] ser realizada através de processos participativos, baseados em diversas estratégias, técnicas e instrumentos, gerando relatórios analíticos que apontam potencialidades e fragilidades do programa e que revelam políticas e ações de correção e consolidação (CAPES, 2018, p. 19)

A autoavaliação é uma oportunidade em que as IES têm de ousar e experimentar os processos autônomos que irão formar uma ampla participação da comunidade acadêmica, e não apenas uma etapa de avaliação somativa e classificatória, devendo valorizar a mudança cultural adquiridas por meio das propostas e práticas da autoavaliação, seguindo as fichas indicadas pela Capes, em todas as áreas de conhecimento.

O desenvolvimento cada vez maior da autoavaliação resultará em um amadurecimento de toda essa cadeia, acentuando ainda mais a corresponsabilidade, engajamento e colaboração de todos, aumentando a qualidade da formação dos pesquisadores brasileiros. A autoavaliação é um processo de autoanálise, de “olhar para dentro” da comunidade acadêmica envolvida, das suas realizações com vistas à melhoria da qualidade do seu fazer institucional, superando as fragilidades e as dificuldades diagnosticadas. (Silva *et al.* 2020)

Reis, Silveira e Ferreira (2010, p.127) destacam, em seu estudo, que:

Os resultados da autoavaliação, por certo, fornecerão ao gestor universitário subsídios para promoção da melhoria do desempenho da Instituição e da qualidade do ensino, pois, pode contar com a participação da comunidade universitária, num processo genuíno de reflexão sobre a Instituição, livre da pressão governamental que, por vezes, promove a avaliação como forma controladora e para um sistema de ranqueamento para credenciamento de cursos ou para provisão orçamentária.

Convém destacar que a autoavaliação é um ato político que interfere na gestão do programa avaliado, envolvendo pessoas, processos, cursos e as instituições, pois tem como objetivo a melhoria da pós-graduação, através da produção de conhecimento gerado pela autoavaliação, da divulgação dos seus resultados de pesquisa, da formação dos estudantes, da carreira dos egressos, entre outros. Ela é definida e gerida pela comunidade acadêmica, que decide os seus objetivos, pois, com os resultados, fazem uma reflexão, planejando o caminho para a correção da trajetória e a projeção do futuro pretendido, essa dinâmica exige muito tempo, recurso e dedicação (Reis; Silveira; Ferreira, 2010).

O protagonismo dos atores na autoavaliação contribui em muito para evidenciar as posições, e assumir um espaço próprio das articulações para um bem comum, tendo em vista que o processo da autoavaliação é, além de tudo, um processo de formação dos indivíduos por excelência. Isso implica realmente em colocar em prática o processo de detectar pontos fortes e potencialidades, mais do que identificar os pontos fracos, devem potencializar as oportunidades e metas futuras. (Santo, 2014)

Conforme Leite *et al* (2020, p. 343), no artigo intitulado: A Avaliação na Pós-Graduação (PG) como componente no processo avaliativo CAPES define que:

[...] da autoavaliação bem executada resultam conhecimentos sobre uma dada realidade, vista pelo olhar daqueles sujeitos que estão em relação e a constituem, naquele lugar, contexto e tempo histórico. A produção deste conhecimento, o ato de conhecer é, em si, uma responsabilidade social, profissional e pública do programa ou instituição. A veracidade, a honestidade e a transparência completam o rol de princípios éticos que permitirão dar relevo à AA.

A autoavaliação pode abrir espaço para discussões significativas sobre o desempenho e o progresso, seja em nível individual ou institucional. No entanto, a qualidade dos indicadores utilizados é crucial, comum que certos indicadores estimulam a produtividade, estejam mais voltados para a quantidade do que para a qualidade acadêmica. Essa abordagem pode não considerar aspectos sociais importantes e acabar distorcendo a avaliação, prejudicando outros indicadores que poderiam refletir aspectos mais amplos e significativos do desempenho. É crucial que os sistemas de avaliação considerem uma gama diversificada de indicadores que abranjam não apenas aspectos quantitativos, mas também qualitativos e sociais. Isso pode ajudar a garantir uma avaliação mais abrangente e precisa, que leve em conta o verdadeiro impacto.

Reis, Silveira e Ferreira (2010), no artigo intitulado autoavaliação em uma instituição federal de ensino superior: resultados e implicações, que teve como objetivo analisar os resultados da autoavaliação institucional, aplicada em uma Instituição Federal de Ensino Superior, a fim de identificar como os segmentos da comunidade universitária avaliaram 7 dimensões abordadas no estudo, sendo estas:

1- Política para ensino, pesquisa e extensão, 2- Responsabilidade Social, 3- Comunicação com a sociedade, 4- Organização e Gestão, 5- Infraestrutura física e didática, 6- Atendimento ao discente e 7- Sustentabilidade Financeira. Neste sentido, este estudo revelou que os discentes e docentes, em sua maioria, avaliaram bem a Instituição. Já os técnicos administrativos, em sua maioria, avaliaram pior a Instituição. As dimensões foram avaliadas pelos Clusters de “Melhor Avaliação” como boas e pelos Clusters de “Pior Avaliação” como regulares (Reis; Silveira; Ferreira, 2010, p.109).

Leite *et al.* (2020, p. 245) pontuam que a autoavaliação é um processo formativo por excelência. Em contextos de países como o nosso, de restritas vivências democráticas, toda aprendizagem de cidadania será bem-vinda. Na prática, essa é a essência do processo. Não se

trata de avaliar para apenas melhorar formalmente no quesito A ou B, trata-se, todavia, de praticar democracia avaliando; assegurar a qualidade do que nos diferencia e a diferença dessa qualidade – a inserção social, a internacionalização, a produção científica, o respeito ao estudante em sua diversidade e a sua formação, face a um futuro incerto.

Já Trevisol e Balsanelo (2022), no artigo intitulado “a pós-graduação sob a perspectiva dos egressos: um estudo de autoavaliação”, cujo objetivo consistiu em analisar a percepção dos egressos acerca de seus percursos formativos na pós-graduação, compreendendo como os egressos avaliam (i) a qualidade dos cursos; (ii) a importância e a relevância da formação realizada; (iii) os impactos do curso na trajetória profissional e; (iv) as potencialidades e as fragilidades e as sugestões de aprimoramento. Por meio da coleta de dados em questionários, o estudo de Trevisol e Balsanelo (2022) apontou que a qualificação do corpo docente foi a potencialidade mais citada pelos egressos, enquanto a internacionalização foi considerada a dimensão mais frágil dos programas. A grande maioria dos egressos encontra-se empregada (87,4%), com atuação principal em instituições públicas. Para 68,6% dos egressos o curso agregou muita na formação e na carreira profissional. Cerca de 63,1% informaram que houve incremento salarial após a conclusão do curso (p. 470).

O documento comandado pela CAPES recomenda que a AA seja uma prática institucionalizada, permanente e participativa. Ela deve ser realizada através de processos participativos, baseados em diversas estratégias, técnicas e instrumentos, gerando relatórios analíticos que apontam potencialidades e fragilidades do programa e que revelam políticas e ações de correção e consolidação (CAPES, 2018, p. 19).

A implementação da AA contribui, deste modo, para tornar os processos avaliativos mais horizontalizados, qualitativos e ajustados às diferentes vocações dos PPG, segundo a CAPES orienta que:

“Recomenda-se, assim, que a autoavaliação tenha caráter regular e que os programas recebam orientações e instrumentos que os ajudem a concretizá-la com êxito [...]. É relevante o entendimento que o processo auto avaliativo seja amplamente institucionalizado e possa expressar, como política institucional, independência e qualificação da própria avaliação da CAPES, do qual deve ser parte integrante. Tal autoavaliação deveria ser realizada através de processos participativos, baseados em diversas estratégias, técnicas e instrumentos, gerando relatórios analíticos que apontam potencialidades e fragilidades do programa e que revelam políticas e ações de correção e consolidação. Quando bem estruturada, a autoavaliação promove processos de autoconhecimento, criando uma cultura

avaliativa e permitindo um olhar qualitativo e holístico do programa que contempla processos de formação e de outras dinâmicas inerentes à pós-graduação brasileira (CAPES, 2018, p. 19). “

Trevisol e Balsanelo (2022), no estudo que retrata o processo histórico das criações das comissões de avaliação, observam que a:

“Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 elaborou, em 2019, um novo documento contendo as diretrizes para a avaliação do quadriênio 2021-2024. O relatório apresenta, entre outros aspectos, uma proposta de implementação do modelo multidimensional de avaliação, formado por cinco dimensões centrais: formação de pessoal; pesquisa; inovação e transferência de conhecimento; impacto na sociedade e internacionalização (CAPES, 2020). Como destaca o documento, “[...] a autoavaliação dos PPGs será um componente importante da avaliação de cada dimensão [...]. O plano estratégico institucional de pós-graduação deve ser requisito fundamental no processo avaliativo e se constituir como referência para a autoavaliação dos PPGs” (CAPES, 2020, p. 24). Esse conjunto de recomendações deverão ser incorporadas ao novo Plano Nacional de Pós-Graduação (p.476).”

Para esses autores, as recomendações feitas pelos documentos acima referidos (CAPES, 2018; CAPES, 2020) inseriram na agenda da pós-graduação brasileira algumas dimensões que vinham sendo propostas por diversos pesquisadores desde a década de 1990 (Saul, 1991, 2002; Rasco, 1998; Dias Sobrinho; 2005; Masetto, 2004; Andriola, 2009; Leite, 2018).

A defesa da AA pode ser observada no excerto a seguir, escrito por Ana Maria Saul em 1991. De acordo com ela, a AA é:

[...] um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação dos programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é o emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam sua “própria história” e gerem as próprias alternativas de ação (Saul, 1991, p. 61 apud Trevisol; Balsanelo, 2022, p. 477).

Lehfeld *et al.* (2010), no artigo intitulado “reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação”, descreveram a experiência da comissão que compõe a avaliação institucional de uma universidade de São Paulo. Os autores

retratam que “a criação e a análise desse processo levam em consideração o impacto da criação dos índices de avaliação das instituições de ensino superior” (177).

Zimmermann e Alves (2022, p. 493), em seu artigo: “Proposta de instrumento de meta-avaliação da autoavaliação institucional na educação superior”, retratam que: “Para as Instituições de Ensino Superior (IES), os processos avaliativos são transformadores, na medida que apresentam argumentos para desencadear esse movimento. Sendo a autoavaliação o ponto de partida para o processo avaliativo no âmbito da educação superior, este trabalho tem como objetivo propor um protótipo de instrumento de meta-avaliação para utilização na avaliação do processo e dos resultados da autoavaliação institucional de IES brasileiras. Para atender a este objetivo foram realizadas três etapas da pesquisa as quais, em conjunto, buscaram identificar atributos, critérios e indicadores para compor o referido instrumento. As etapas foram: pesquisa bibliográfica, análise documental dos relatórios de autoavaliação institucional e levantamento (Survey) aplicado com os membros das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) das IES do Estado de Santa Catarina, por meio de questionário (493).”

Os mesmos autores (2022, p, 496) acrescentam que a autoavaliação institucional é estruturada em quatro etapas:

(a) Plano de Autoavaliação Institucional, o qual deve contemplar as dez dimensões do SINAES; (b) Processo de Autoavaliação, o qual contempla: sensibilização da comunidade acadêmica, definição do instrumento de pesquisa, aplicação da pesquisa e coleta dos dados e informações; (c) Relatório e Plano de Ações de Melhorias, consistindo na tabulação, análise e relato dos resultados da pesquisa; (d) meta-avaliação (Alves, 2016). A elaboração do plano de ações de melhorias visa efetuar a correção das fragilidades, a partir dos resultados obtidos (496).

O Resultado do estudo dos autores citados acima se deu na criação de um instrumental de avaliação, e a sua organização considerou, dentre o que foi estudado, o que é cabível a um instrumento para meta-avaliação da autoavaliação institucional, ou seja, adaptações, interpretações e realocações foram necessárias para estabelecer os parâmetros, sendo organizado da seguinte forma:

a) Estrutura: etapas da autoavaliação institucional previstas no Roteiro de Autoavaliação (INEP, 2004) b) Atributos: Padrões estabelecidos pelo JCSEE (2019) aplicáveis à meta-avaliação relacionados ao processo de autoavaliação institucional c)

Critérios: Fragilidades encontradas nas análises dos relatórios de autoavaliação e nos resultados do questionário aplicado, critérios de meta-avaliação de Stufflebean (2011) e lista chave de verificação da avaliação de Scriven, no que couber ao processo de autoavaliação institucional de IES. d) Indicadores: Instrumentos de Avaliação Institucional Externa. Dimensões e Eixos do SINAES, documentos orientadores e legislações acerca da autoavaliação institucional (Zimmermann; Alves, 2022, p. 508).

Os autores ainda sugerem, na conclusão de seu estudo, que o INEP, responsável pela coordenação e pela supervisão da avaliação institucional (interna e externa), no Brasil, desenvolva algum sistema em que seja permitido que os resultados das meta-avaliações das IES, coordenado pelas CPAs, “converse” com os relatórios das avaliações externas de cursos e de instituições. Se isso vier a ocorrer, talvez seja possível dispensar os relatórios parciais e integral das CPAs, que são disponibilizados anualmente no Sistema e-MEC, pois todos os aspectos necessários já estarão contemplados num único local (Zimmermann; Alves, 2022, p. 510).

Em 1998 foi introduzida para a avaliação, uma ficha única padronizada composta de 7 quesitos (CAPES, 1998):

Tabela 3 -Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação - CAPES (1998)

1	Proposta do Programa
2	Corpo Docente
3	Atividades de Pesquisa
4	Atividades de Formação
5	Corpo Discente
6	Teses e Dissertações
7	Produção Intelectual

Após a avaliação trienal de 2004, a ficha de avaliação foi reformulada, e a simplificação da ficha foi guiada por duas considerações: a primeira foi a redução do número de quesitos e itens para aqueles que verdadeiramente discriminassem entre programas de qualidade diferenciada; a segunda, atrelada à primeira, foi a tentativa de dar uma ênfase maior à avaliação de produtos que de insumos ou de processos. (Verhine, 2009).

A nova ficha, utilizada na avaliação Trienal de 2007 (CAPES 2007), passou a ser composta de 5 quesitos. Os setes quesitos da ficha anterior foram agrupados em 4 quesitos: 1- Proposta do Programa, 2- Corpo Docente, 3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações, 4 – Produção Intelectual. Um novo quesito, 5- Inserção social, foi incorporado ao sistema de avaliação.

Tabela 4-Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação - CAPES (2007)

1	Proposta do Programa
2	Corpo Docente
3	Corpo Discente, Teses e Dissertações
4	Produção Intelectual
5	Inserção social

Os 5 quesitos da ficha continham 21 itens, com a possibilidade de inclusão de pontos específicos pelas áreas. O quesito “Proposta do Programa” não recebeu peso, pois serviria para contextualizar o programa e para fornecer-lhe orientações, sugestões ou fazer advertências a respeito de seu funcionamento. Já o quesito “Inserção social”, por ser novo, recebeu um peso de 10%. Os demais quesitos, 2 a 4, receberam um peso de 30% cada, podendo variar de 5% cada, desde que a soma não ultrapasse 90%.

Após o uso da ficha na avaliação trienal de 2007, foi criada uma comissão para avaliar sua aplicação e propor novas modificações. Foi mantida a estrutura básica, composta de cinco quesitos, com a redução para 18 itens e os quesitos “Corpo Discente” e “Produção Intelectual” passaram a ser considerados centrais e receberam em conjunto, um peso correspondente a 70% do total. Os quesitos “Corpo Docente” e “Inserção Social” representaram, em conjunto, os 30% restantes. Esse modelo de ficha foi aplicado nas avaliações trienais 2010 e 2013, e na avaliação quadrienal 2017, sendo que os pesos foram definidos no regulamento de cada avaliação.

Em 2015, foi criada uma Comissão Especial para Análise do Sistema e Processo de Avaliação da Qualidade da Pós-graduação Brasileira (Portaria nº 157, 24 de novembro de 2015). Dentre as propostas, o documento propõe a estruturação da ficha em três dimensões:

Tabela 5: Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação - CAPES (2015)

1	Proposta do Programa
2	Atividades de formação
3	Impactos acadêmicos e sociais

A “Proposta do Programa”. que passou a ser denominada como “Programa”, compôs-se de 4 itens. Os elementos de avaliação dos quesitos 2, 3 e 4 da ficha anterior

podem ser usados nesse quesito, focando em indicadores de resultado e não de processo, cada item conforma-se por, no mínimo, 10% de avaliação do quesito:

Tabela 6: Proposta do Programa

1	Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível em relação aos objetivos/missão do programa.
2	Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.
3	Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção do conhecimento.
4	Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção do conhecimento.

O quesito “Atividade de Formação”, denominado “Formação”, compõe-se de 3 itens, contendo, no mínimo, 25% do quesito:

Tabela 7 – Atividade de Formação

1	Atuação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa e à produção intelectual.
2	Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.
3	Qualidade da produção de discentes e egressos.

O quesito “Impacto na Sociedade” foi composto de 4 itens, estando relacionado com os impactos gerados pela formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos do programa, sendo que cada item deverá conter no mínimo 10% do quesito:

Tabela 8 - Impacto na sociedade

1	Impacto e caráter inovador da produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística - em função da natureza do programa.
2	Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.
3	Impacto da inserção social e econômica do programa.
4	Internacionalização e visibilidade do programa.

Os 3 quesitos têm a mesma importância, portanto, a partir da atribuição da nota considerando o modelo atual, o critério para a atribuição de notas seria de:

Tabela 9: Atribuição de Notas

Nota 5	Conceito "Muito Bom" nos três quesitos
Nota 4	Conceito "Bom" nos três quesitos
Nota 3	Conceito "Regular" nos três quesitos

3 METODOLOGIA

3.1 UNIVERSO DA PESQUISA: A UFMS

A História da UFMS começa com a Lei Federal nº 6.674, de 5 de julho de 1979, que em obediência ao disposto no Art. 39 da Lei Complementar 31, de 11 de outubro de 1977, autoriza a transformação da Universidade Estadual de Mato Grosso, em Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o Regime Militar adotou o princípio de que cada estado teria uma fundação universidade federal. A transformação ocorreu após dez anos da implantação da UEMT, na localidade de Campo Grande, na época pertencente ao estado de Mato Grosso, antes da separação e criação do estado de Mato Grosso do Sul.

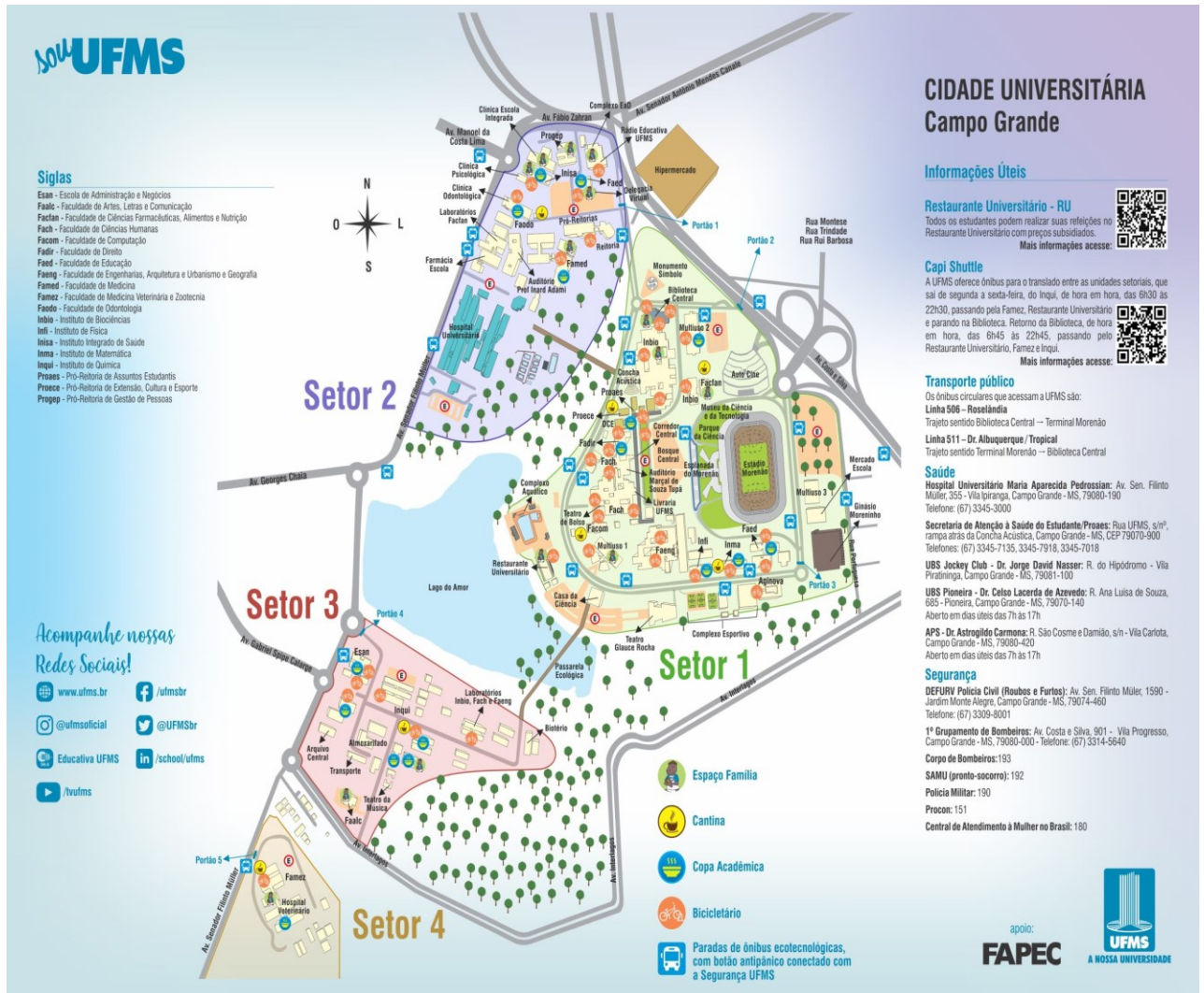
Em 1987, a UFMS tinha 25 docentes com titulação de doutor e 183 com titulação de mestre em seu quadro docente, sendo que os doutores se concentravam na área de saúde e biológica, distribuídos entre 7 centros, com 3 no município de Campo Grande e 4 nos municípios do interior do estado: Aquidauana, Corumbá, Dourados e Três Lagoas.

Esse baixo quantitativo de docentes com titulação de pós-graduação *stricto sensu* é entendido, pois, nesse período, na promoção de uma classe para a outra, prevista na carreira do Magistério Federal, não havia a exigência da titulação, o que explica o baixo índice de produção científica e de titulação.

O Curso de Mestrado em Educação (CME) iniciou suas atividades em 1988, como o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* no estado de Mato Grosso do Sul, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e o terceiro da área na Região Centro-Oeste, em convênio com a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas/SP (FE/UNICAMP/SP).

Abaixo temos a Figura 1, que mostra o mapa atualizado do Campus de Campo Grande da UFMS

Figura 1: Mapa do Campus de Campo Grande da UFMS



3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Como forma de abordagem, este estudo é quantitativo, por utilizar parâmetros estatísticos para analisar os dados.

Denominamos e classificamos este estudo tendo como referência os objetivos da presente proposta. Assim, ela se enquadra como Pesquisa Explicativa, porque visa explicar, analisar e avaliar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade e explica a razão, o “porquê” das coisas.

A classificação quanto ao procedimento técnico se dá pelo levantamento dos dados, pois é quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Podem ser usados questionários, formulários ou entrevistas. Pode se tratar de

um censo ou usar uma amostra representativa da população. Faz análise quantitativa das respostas. (Cooper; Schindler, 2016)

Quanto ao Local de Realização, temos a Pesquisa de Campo, que ocorre no próprio local onde o problema se manifesta. Não há controle efetivo de todas as variáveis, estando sujeita às variáveis do próprio local não modificado pelo pesquisador, nem às condições e composições, apenas relata as condições que encontra e verifica os efeitos que se manifestam em relação ao problema estudado. (Souza, 2008)

A proposta metodológica se resume no envio do questionário com perguntas com base na proposta do Grupo de Trabalho de Autoavaliação da Capes. Esses questionários foram respondidos pelos coordenadores e são úteis para pontuar as prioridades planejadas e quais os itens pontuados que têm ou tiveram dificuldade em alcançar. Com base nas respostas desses questionários aplicados, buscamos demonstrar aos coordenadores as ações a serem tomadas para atender à proposta do Grupo de Trabalho de Autoavaliação da Capes.

A metodologia adotada nesta dissertação se deu, portanto, mediante perguntas via formulário “Google Forms” de escala linear, com opções de 1 a 5, onde 1 sendo “Discordo totalmente” e 5 “Concordo Totalmente”, e nos questionário de autopreenchimento de campos, que foram respondidos pelos coordenadores dos programas (Cursos de Pós-Graduação), foi enviado via e-mail, detalhando o objetivo da pesquisa e solicitando aos coordenadores que participem dela se comprometem em apresentar os resultados das análises; a consulta foi realizada apenas com os coordenadores, pois são eles que fazem o planejamento estratégico do programa, e que sabem em quais itens os indicadores serão mais cobrados.

A UFMS tem 47 cursos de Mestrado e 21 cursos de doutorado, foram enviados os questionários a respeito da avaliação para 49 coordenadores dos programas, de acordo com os itens da ficha de avaliação. São 49 coordenadores pois temos 2 programas que têm apenas o doutorado. Dos 49 Coordenadores, apenas 25 responderam ao questionário, portanto pouco mais de 51% do total dos Coordenadores.

Na busca de levantar os “Desafios do processo de Autoavaliação dos PPGs da UFMS”, verificado na proposta do Grupo de Trabalho da Capes, foram formuladas algumas questões norteadoras a serem analisadas em conjunto com os Coordenadores dos programas.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados mediante questionário enviado via e-mail para 49 coordenadores dos programas. Dessa forma, foi estabelecido um contato direto com a fonte, de maneira a recolher suas percepções acerca do tema, são dados que não se encontram em fontes documentais, diferenciando das pesquisas já realizadas no programa, que foram realizadas por meio de pesquisas documentais anteriores ao estudo proposto.

3.4 MÉTODO DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Para definir o método de análise e o tratamento dos dados foi empregada a estatística descritiva para a análise dos dados, seguimos os seguintes passos:

- 1 – Identificar as ações desempenhadas pelos programas.
- 2 – Entre as ações, tabular quais são as que mais aparecem entre os programas.
- 3 – Aplicar o método do “Princípio de Pareto”, para tentar identificar as maiores quantidades de ações, e as com menores quantidade de ações.
- 4 – Para as menores quantidades de ações (respostas “1”), identificamos os que aparecem em maior quantidade, para, assim, verificar a possibilidade de solução com menor esforço concentrado, descrevendo um possível desafio.
- 5 – Para as maiores quantidades de ações (respostas “5”), idem ao item anterior. Contudo, a análise precisou ser particular em cada programa, pois, para essa resposta, tivemos que analisar as respostas dos Coordenadores.

3.5 QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

As respostas foram dadas em escala linear de 1 a 5, onde 1 seria “Discordo totalmente” e 5 sendo “Concordo totalmente”, e no final das respostas lineares, foi feita uma pergunta descritiva sobre o tema.

Apresentamos o questionário de avaliação utilizado, dividido em temas: 1, 2 e 3.

Tema 1 - Caracterização da Pós-Graduação na UFMS

- 1.1 - A Pós-Graduação da UFMS está alinhada com as políticas nacionais de educação superior?
- 1.2 - Os programas de Pós-Graduação da UFMS refletem os objetivos estratégicos da instituição?
- 1.3 - Existem recursos adequados para apoiar a pesquisa e o ensino nos programas de Pós-Graduação da UFMS?
- 1.4 - A estrutura administrativa da UFMS facilita o desenvolvimento dos PPGs?
- 1.5 - Há uma clara comunicação dos objetivos e políticas dos PPGs para os alunos e professores?
- 1.6 - Os programas de Pós-Graduação estão bem integrados com as necessidades do mercado de trabalho?
- 1.7 - A UFMS fornece apoio suficiente para a internacionalização dos seus PPGs?
- 1.8 - Existe um alinhamento entre as áreas de pesquisa dos PPGs e as áreas de interesse estratégico da UFMS?
- 1.9 - Os PPGs da UFMS são eficazes na promoção da inovação e do desenvolvimento tecnológico?
- 1.10 - A infraestrutura disponível na UFMS é adequada para atender às demandas dos PPGs?
- 1.11 - Por favor, descreva como você percebe o alinhamento dos Programas de Pós-Graduação da UFMS com as políticas e direcionamentos estratégicos da instituição. Quais são os principais desafios e sucessos que você observa nesse alinhamento?

Tema 2 - Desafio dos programas de pós-graduação

- 2.1 - Os programas de Pós-Graduação enfrentam desafios significativos de financiamento?
- 2.2 - Existe uma carência de recursos humanos qualificados para a administração dos PPGs?
- 2.3 - Os PPGs da UFMS enfrentam desafios na manutenção da qualidade acadêmica?
- 2.4 - Há dificuldades em atrair estudantes de alto desempenho para os PPGs?
- 2.5 - A colaboração interdisciplinar nos PPGs enfrenta obstáculos estruturais e administrativos?

- 2.6 - Os processos de avaliação e acompanhamento dos PPGs são inadequados ou ineficientes?
- 2.7 - Existe resistência à mudança e inovação dentro dos PPGs?
- 2.8 - Há desafios na integração entre ensino, pesquisa e extensão nos PPGs?
- 2.9 - Os PPGs enfrentam dificuldades em estabelecer parcerias estratégicas com o setor produtivo?
- 2.10 - A burocracia administrativa impede o desenvolvimento eficaz dos PPGs?
- 2.11 - Baseado em sua experiência, quais são os principais desafios enfrentados pelos Programas de Pós-Graduação da UFMS? Como estes desafios afetam o funcionamento e a qualidade acadêmica desses programas?

Tema 3 - Percepção dos Coordenadores sobre os programas de pós-graduação

- 3.1 - Os coordenadores percebem que os PPGs estão bem alinhados com as metas institucionais da UFMS?
- 3.2 - Existe uma percepção de que os PPGs contribuem significativamente para a produção científica nacional?
- 3.3 - Os coordenadores consideram que os PPGs estão bem equipados para enfrentar os desafios futuros?
- 3.4 - Há uma satisfação geral com o nível de apoio institucional oferecido aos PPGs?
- 3.5 - Os coordenadores acreditam na necessidade de melhorar a infraestrutura para pesquisa?
- 3.6 - A gestão dos PPGs é vista como eficiente e eficaz pelos coordenadores?
- 3.7 - Os coordenadores identificam uma necessidade de maior integração entre os diferentes programas de Pós-Graduação?
- 3.8 - Existe uma preocupação com a sustentabilidade financeira dos PPGs em longo prazo?
- 3.9 - Os coordenadores reconhecem a importância da internacionalização dos PPGs?
- 3.10 - Há um consenso sobre a necessidade de reformas administrativas para melhorar a gestão dos PPGs?
- 3.11 - Como coordenador, quais são suas percepções sobre os pontos fortes e as áreas que necessitam de melhorias nos Programas de Pós-Graduação da UFMS? Como você avalia o suporte institucional e a eficácia da gestão atual desses programas?

3.6 LEVANTAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DO PPG

Neste item, expomos, no quadro 10, as características do PPG, considerando:

- 1- Conceito do PPG (avaliação)
- 2- Número de alunos atualmente
- 3- Número de egressos
- 4- Início do PPG
- 5- Número de Professores Permanentes
- 6- Número de Professores Colaboradores

Tabela 10: O PPG/UFMS

Programa	Modalidade	Início Prog	Conceito 2021	Matriculados 2023	Egressos	Concluintes 2023	Prof Permanentes	Prof Colaboradores
Administração	M	2008	4	18	209	8	17	1
Administração	D	2016	4	55	37	9		
Agronomia	M	2012	4	41	149	13	15	1
Antropologia	M	2017	3	42	48	12	12	1
Biologia Animal	M	2011	4	27	129	9	17	2
Biologia Vegetal	M	2004	4	28	216	13	16	7
Biotecnologia	M	2019	4	14	18	6	18	2
Biotecnologia	D	2019	4	13	2	1		
Ciência Animal	M	2002	4	48	427	17	19	4
Ciência Animal	D	2010	4	50	136	14		
Ciência da Computação	M	1999	4	51	199	8	19	5
Ciência da Computação	D	2019	4	44	8	2		
Ciência dos Materiais	M	2016	4	23	50	6	16	7
Ciência dos Materiais	D	2019	4	37	7	6		
Ciências Contábeis	M	2017	3	35	47	8	12	-
Ciências do Movimento	M	2019	3	64	50	18	15	3
Ciências Veterinárias	M	2015	4	37	65	12	23	3
Ciências Veterinárias	D	2015	4	26	27	6		
Comunicação	M	2011	4	31	102	4	10	-
Direito	M	2016	4	75	123	20	14	2
Doenças Infecciosas e Parasitárias	M	2007	6	52	172	14	18	2
Doenças Infecciosas e Parasitárias	D	2007	6	48	63	3		
Ecologia e Conservação	M	1996	6	33	281	10	22	3

Ecologia e Conservação	D	2004	6	46	87	11		
Educação (CPAN)	M	2009	4	54	182	29	15	2
Educação (CPTL)	M	2019	3	73	57	19	15	1
Educação (Faed)	M	1988	4	51	443	15	21	8
Educação (Faed)	D	2005	4	83	177	19		
Educação Matemática	M	2007	5	42	190	12	18	3
Educação Matemática	D	2015	5	68	39	7		
Enfermagem (CPTL)	M	2019	3	37	26	8	12	1
Enfermagem (INISA)	M	2012	3	36	128	6	12	2
Engenharia Elétrica	M	2017	3	27	122	5	11	1
Ensino de Ciências	M	2007	4	39	163	10	28	3
Ensino de Ciências	D	2020	4	80	35	4		
Estudos Culturais	M	2019	3	71	44	18	17	-
Estudos de Linguagens	M	2006	4	64	355	19	25	2
Estudos de Linguagens	D	2006	4	100	15	11		
Farmácia	M	2011	4	20	124	5	18	1
Farmácia	D	2019	4	31	4	4		
Geografia (CPAQ)	M	2014	3	71	74	10	10	3
Geografia (CPTL)	M	2009	4	33	161	8	15	3
Geografia (CPTL)	D	2019	4	37	5	4		
Letras	M	1998	5	27	354	8	26	-
Letras	D	2014	5	66	83	8		
Psicologia	M	2011	4	60	128	21	14	1
Química	M	1996	5	31	292	6	28	7
Química	D	2013	5	66	153	17		
Recursos Naturais	M	2016	4	45	66	13	18	4
Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste	M	2006	5	77	489	14	17	3
Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste	D	2006	5	165	265	19		
Tecnologias Ambientais	M	1999	5	38	282	9	16	5
Tecnologias	D	2000	5	60	72	12		

Ambientais								
Computação Aplicada	MP	2013	3	63	76	13	12	8
Eficiência Energética e Sustentabilidade	MP	2012	4	56	111	18	14	5
Estudos Fronteiriços	MP	2008	4	64	376	19	20	3
Saúde da Família	MP	2013	4	53	135	17	18	6
Administração Pública em Rede Nacional	MP	2014	3	74	122	17	20	4
Artes em Rede	MP	2014	4	36	16	15	10	3
Biotecnologia e Biodiversidade - Rede Pró-Centro-Oeste	D	2013	4	5	30	1	0	-
Ciência da Computação UFMS/UFMG	D	2010	4	3	50	1	0	-
Filosofia Rede	MP	2017	4	21	16	3	6	1
Letras Rede	MP	2013	4	14	53	0	10	-
Matemática em Rede Nacional CG	MP	2011	5	22	79	3	8	3
Matemática em Rede Nacional CPTL	MP	2011	5	31	59	2	8	-
Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular Rede	M	2014	5	19	35	7	13	-
Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular Rede	D	2014	5	17	7	2		
Química em Rede Nacional	MP	2017	4	23	25	5	9	2

3.7 ANÁLISE DOS DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÃO

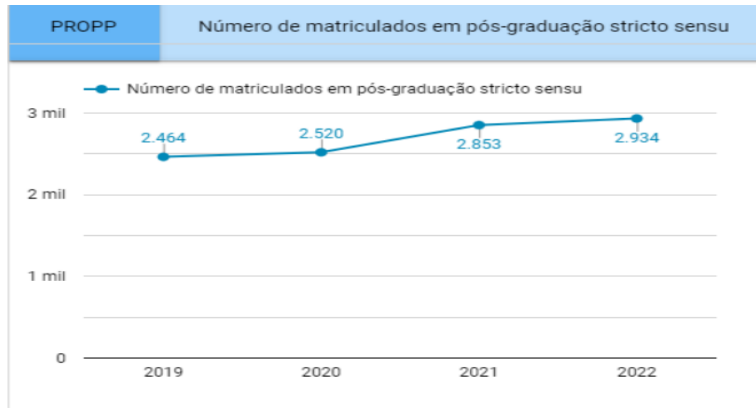
Nesta seção apresentamos os resultados obtidos a partir da sistematização das informações levantadas durante a pesquisa. Considerando esses resultados, procedemos à discussão e análise;

3.7.1 Desafios da Pós-Graduação na UFMS: Políticas Institucionais

No que diz respeito aos resultados deste estudo, inicialmente, é importante destacar que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMS é um documento de suma importância, especialmente por se caracterizar como orientador das políticas e direcionamentos estratégicos da instituição. Buscamos, ainda, identificar entre os coordenadores quais são as maiores dificuldades encontradas na implantação do processo de avaliação dos cursos de pós-graduação, considerando o PDI.

Instrumento básico nos processos avaliativos nos cursos de pós-graduação, o PDI é utilizado como referência pelos órgãos reguladores da educação, no Brasil, nos processos avaliativos conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação do MEC. Nesse sentido, tem, como objetivos: ser referência para os processos de credenciamento institucional de acordo com o SINAES; servir como parâmetro para a construção, revisão ou atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs); exercer a orientação para a construção dos planos táticos (temáticos) e operacionais (no local). Acrescenta-se, nesse sentido, que essas políticas institucionais contribuem para moldar o cenário da pós-graduação na UFMS (e em outras IES), com grande influência nos programas de pós-graduação disponibilizados pela Instituição, bastante procurados no interstício 2019-2022, como pode ser observado no número de matriculados nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Figura 2)

Figura 2: Matriculados no Programa *Stricto Sensu*/UFMS (2019-2022)



Fonte: UFMS (2024, p. 58)

Destaca-se, assim, como registrado no Relatório de Gestão 2023, da UFMS, que, após a pandemia de Covid-2019, “a evolução dos indicadores resultou do esforço da instituição em minimizar os impactos no ensino da graduação e da pós-graduação”¹.

É nítido que a UFMS tem buscado o aprimoramento das ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão, não apenas qualificando o corpo docente, mas melhorando a participação em programas de pós-graduação *stricto sensu*, e com isso, promovendo o aumento da produção científica por meio dos programas. E nisso, os cursos de pós-graduação têm tido um papel importante. Em 2010, por exemplo,

[...] existiam na UFMS 19 cursos de mestrado (17 acadêmicos e 02 profissionais) e 08 cursos de doutorado em funcionamento. Atualmente, existem 34 cursos de mestrado (25 acadêmicos e 09 profissionais) e 14 cursos de doutorado em andamento, o que corresponde a um aumento de 47,3% dos cursos de mestrado e de 43% dos cursos de doutorado, em um período de cinco anos. Essa expansão está diretamente vinculada à política de verticalização do ensino e de qualificação profissional da comunidade da região e do país praticada na atual administração. O desafio que se apresenta é a consolidação desses programas, buscando seu aprimoramento, a elevação de seus conceitos junto à CAPES e sua inclusão nos centros de excelência do país. (UFMS, 2017, p. 35).

A UFMS, por meio da coordenação do PPG, realizou a décima edição do Fórum de coordenadores dos mestrados e de doutorados² e reuniu os 49 coordenadores de Programas de pós-graduação da universidade, a fim de discutir temas, como internacionalização, rumos e indicadores da área e trocar experiências da pós-graduação. O reitor em exercício, Marcelo

¹ Ver em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-gestao-2022.pdf>

²Ver: <https://www.ufms.br/coordenadores-reunem-se-para-discutir-rumos-da-pos-graduacao-na-universidade/>

Turine, explica que a UFMS conseguiu alcançar o conceito máximo na avaliação de credenciamento pelo Ministério da Educação, o que não significa que os desafios foram todos superados, a exemplo, almeja-se aumentar, ainda mais, o acesso aos nossos programas.

A reitoria de Pesquisa e Pós-graduação relata, no evento, os desafios para transformar as discussões em metas e em conquistas que o Fórum discute temas importantes e, hoje, traz um foco fundamental para avaliação, ou seja, a internacionalização. Além das palestras, ao final do Fórum, os coordenadores fizeram a exposição das necessidades de investimento, cabendo à Propp avaliar as demandas e trabalhar para sanar eventuais problemas de cada PPG. Esse Fórum é importante para colocar os Coordenadores dos Programas em contato direto com a Pró-Reitoria e, ao mesmo tempo, dialogar com seu próprio programa para superação dos desafios.

A internacionalização das pós-graduações foi o primeiro tema em discussão: realidade, desafios e perspectivas. Atualmente, a internacionalização é uma questão central na avaliação da pós-graduação, inclusive para definir a nota do programa. “O tema representa um desafio permanente, especialmente porque se precisa instituir um caminho, uma perspectiva da internacionalização no dia a dia”, ressaltou o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, José Luís Fernando Luque Alejos, palestrante do evento.

Nesse viés, destaca-se que a presente pesquisa é muito importante, visto que a pós-graduação necessita avançar para superar os desafios postos aos programas de pós-graduação do país e a UFMS tem caminhado no sentido de alcançar as metas almejadas para uma universidade pública e de qualidade e essa é a nossa pretensão com este estudo.

Nos itens a seguir, apresentamos uma análise crítica das seções do PDI que abordam a pós-graduação na UFMS, com base nos resultados do questionário aplicado aos coordenadores, considerando as metas, os objetivos e as diretrizes específicas relacionados e alinhados aos desafios dos programas de Pós-Graduação nessa instituição.

3.7.2 Caracterização da pós-graduação na UFMS

No Quadro 11, no que se refere ao indicativo alinhamento e desenvolvimento com as políticas nacionais de educação superior, as respostas se alinham numericamente (mediana, média, 1º e 4º quartil).

Tabela 11: PPG – Caracterização da pós-graduação na UFMS

PPG - Alinhamento e Desenvolvimento Institucional				
Indicativos	Mediana	Média	1º quartil	4º quartil
Alinhamento político – institucional	4,56	4	4	5
Aderência com objetivos estratégicos da IES	4,04	4	4	5
Adequação de recursos para a pesquisa	2,86	3	2	5
Adequação da estrutura administrativa	3,36	3	3	5
Adequação da estrutura física	3,63	4	3	5
Clareza na comunicação das ações	3,91	4	3,5	5
Integração com o setor produtivo	3,34	2	2,5	5
Apoio suficiente a internacionalização	4,13	4	4	5
Alinhamento dos objetivos dos projetos de pesquisa	3,82	4	3	5
Inclinação ao desenvolvimento de inovações e desenvolvimento tecnológico	2,95	3	3	5

1 - Alinhamento político – institucional

As respostas dos coordenadores indicam uma avaliação forte nas políticas institucionais, que envolve um conjunto de diretrizes e práticas que promove a excelência acadêmica, a inclusão, a sustentabilidade e a inovação. Essas políticas são fundamentais para garantir que a universidade cumpra sua missão de ensino, pesquisa e extensão de maneira eficaz e equitativa. Há, ainda, evidências estratégicas da UFMS com as áreas de interesse.

A consistência nos quartis 1 e 4 sugere uma percepção geralmente positiva. Nesses indicadores, a variabilidade é baixa, então, as opiniões dos coordenadores mostraram-se consistentes e positivas, indicando uma percepção generalizada de forte alinhamento com as políticas nacionais da educação superior.

2 - Aderência com objetivos estratégicos da IES

Nesse quesito, a aderência aos objetivos estratégicos também é percebida positivamente, embora ligeiramente inferior ao alinhamento político. A consistência entre a mediana e os quartis sugere um nível razoável de satisfação.

Neste indicador, a variabilidade é baixa, conseqüentemente, a aderência com os objetivos estratégicos da Instituição também apresenta baixa variabilidade, refletindo um consenso crítico sobre sua real eficácia, com pouca variação nas respostas.

3 - Adequação de recursos para a pesquisa (PPG/UFMS)

Este indicativo se revela com menor pontuação mediana, o que indica preocupações significativas quanto à adequação dos recursos para pesquisa. A variação entre o 1º e o 4º quartil sugere opiniões divergentes ou inconsistências na disponibilidade de recursos.

O indicador indica uma variabilidade Alta entre o 1º e o 4º quartil. Nesse sentido, há uma grande variação nas opiniões sobre a adequação dos recursos, indicando experiências e percepções divergentes entre os respondentes. Isso deveria ser visto com mais cuidado, pois indica inconsistências ou insatisfação com os recursos disponíveis.

4 - Adequação da estrutura administrativa (UFMS)

Percebe-se, aqui, uma avaliação mediana na faixa intermediária, o que indica que, embora a estrutura administrativa atenda às necessidades, em alguns casos, há, ainda, espaço para melhorias.

Percebe-se, aqui, uma variabilidade Média entre o 1º e o 4º quartil. A variabilidade moderada sugere que, enquanto alguns estão satisfeitos com a estrutura administrativa, outros percebem espaço significativo para melhorias.

5 - Adequação da estrutura física

A mediana de 3,63 sugere uma satisfação moderada com a adequação da estrutura física. A média mais alta indica opiniões positivas, mas revela espaço para melhorias.

Com uma variabilidade Média entre o 1º e o 4º quartil, as opiniões sobre a estrutura física variam, indicando que algumas áreas podem estar bem equipadas, enquanto outras necessitam de melhorias, pois destacam algumas preocupações.

6 - Clareza na comunicação das ações

Os respondentes revelam que a comunicação é clara. Entretanto, mesmo que a consistência nos quartis mostre que a maioria considere a comunicação adequada, ela pode ser aprimorada.

Neste indicativo, a variabilidade é média entre o 1º e o 4º quartil. Dessa forma, a comunicação das ações é vista de forma positiva, mas sugere que a experiência pode variar entre os diferentes públicos.

7 - Integração com o setor produtivo

Ao apresentar uma mediana de 3,34 e média de 2, esse indicativo reflete certa discrepância, ou seja, uma integração moderada com o setor produtivo. Essa discrepância sugere que algumas avaliações, por serem extremamente baixas, estão afetando a média. Isso impede que se faça uma análise real da integração com o setor produtivo.

O indicativo indica variabilidade Alta entre o 1º e o 4º quartil, significando percepções sobre a integração com o setor produtivo bastante variadas, além de diferenças nas experiências ou expectativas dos respondentes, apresentando opiniões divergentes.

8 - Apoio suficiente à internacionalização

A mediana de 4,13 indica uma percepção positiva do apoio à internacionalização. A consistência entre a mediana e os quartis sugere que a maioria vê esse aspecto de forma favorável. Entretanto, é necessário, antes, alinhar melhor as políticas nacionais de educação superior.

Indicativo mostrando variabilidade Baixa entre o 1º e o 4º quartil, o que demonstra um consenso em que a internacionalização é bem apoiada positivamente.

9 - Alinhamento dos objetivos dos projetos de pesquisa

Há uma percepção positiva do alinhamento dos objetivos de pesquisa, visto a mediana ser de 3,82, pois isso indica que os projetos estão geralmente em sintonia com as metas institucionais.

A indicação de variabilidade Média entre o 1º e o 4º quartil indica certa variabilidade nas percepções sobre o alinhamento dos objetivos de pesquisa, sugerindo diferenças na maneira como os projetos são percebidos ou gerenciados.

10 - Inclinação ao desenvolvimento de inovações e desenvolvimento tecnológico

Ao se falar em inovação, este indicativo apresentou uma pontuação relativamente baixa (mediana de 2,95), destacando uma área de melhoria. Ou seja, há necessidade de maior foco no desenvolvimento de inovações e tecnologias.

Segue abaixo uma análise mais ampla dos dados coletados

1. Pontos Fortes (com eixos mais extensos)

- Alinhamento político – institucional e Apoio suficiente à internacionalização refletem pontos fortes da UFMS junto ao Governo e aos políticos, com vindas de recursos para financiamento das atividades acadêmicas e de pesquisa. Quanto à internacionalização, os coordenadores têm a percepção de incentivo da Instituição quanto aos acordos firmados com Instituições

Internacionais, incentivando à mobilidade dos estudantes, professores, pesquisadores colaborativos, tendo uma maior visibilidade global da IES.

- Aderência com objetivos estratégicos da IES indica também um desempenho forte, e que a UFMS está bem alinhada com toda a comunidade acadêmica no processo de planejamento estratégico com as políticas educacionais e sociais, com flexibilidade e adaptação.

2. Pontos de Atenção (Eixos Menos Extensos)

- Adequação de recursos para a pesquisa: Esse eixo será relativamente curto, destacando-se como uma área crítica que necessita de melhorias significativas, deve-se buscar diversificar as fontes de financiamento, garantindo uma base sólida e sustentável de recurso.

- Inclinação ao desenvolvimento de inovações e desenvolvimento tecnológico: Outra área que requer atenção, sugerindo a necessidade de mais foco em parcerias com o setor privado, criação de incubadoras e parques tecnológicos, criação de mecanismo de proteção à propriedade intelectual e transferência de tecnologias, blindando a formação de recursos humanos qualificados e incentivar a participação em redes de inovação e colaborações internacionais.

3. Desempenho Moderado (Eixos Intermediários)

- Adequação da estrutura administrativa; Adequação da estrutura física; Clareza na comunicação das ações e Alinhamento dos objetivos dos projetos de pesquisa: Esses eixos indicam um desempenho moderado, sugerindo que, embora haja aspectos positivos, ainda existem áreas para melhorias, pois as instalações devem estar adequadas às necessidades da comunidade acadêmica, oferecendo espaços modernos, seguros e acessíveis para estudar, trabalhar, pesquisar e conviver.

4. Variabilidade nas Percepções:

- Integração com o setor produtivo: Esse indicativo pode mostrar uma variabilidade considerável (dada a discrepância entre a média e a mediana), indicando opiniões divergentes entre os respondentes. Muito alinhado com o item “Inclinação ao desenvolvimento de inovação e tecnológico”, pois são percepções de deficiências próximas, como a criação de tecnologia para o setor produtivo.

Analisando os indicativos constantes no quadro, observa-se que a variabilidade nos dados mostra que, enquanto alguns indicativos, como o alinhamento político-institucional e o apoio à internacionalização, têm opiniões consistentes e positivas, áreas como a adequação de

recursos para pesquisa e a integração com o setor produtivo exibem uma variabilidade significativa, refletindo experiências e percepções divergentes entre os respondentes. Isso sugere que algumas áreas estão funcionando bem para a maioria dos informantes, enquanto outras necessitam de atenção e, possivelmente, de estratégias diferenciadas para atender a uma gama mais ampla de necessidades e expectativas.

3.7.3 Desafios dos programas de pós-graduação

A tabela 12 apresenta as barreiras no desenvolvimento do PPG.

Tabela 12: Desafios dos programas de pós-graduação

PPG – Desafios e Barreiras				
Indicativos	Mediana	Média	1º quartil	4º quartil
Desafios de Financiamento	4,34	5	3,5	5
Carência de Recursos Humanos Qualificados	3,91	4	3	5
Manutenção da Qualidade Acadêmica	4,08	4	3,5	5
Atração de estudantes qualificados	4,13	5	4	5
Colaboração interdisciplinar	3,82	4	3	5
Eficiência na Avaliação	3,26	4	2	5
Resistência à Mudança e Inovação	3,13	3	2	5
Integração entre ensino, pesquisa e extensão	3,65	4	3	5
Parcerias estratégicas com o setor produtivo	4,-8	4	4	5
Impacto da burocracia administrativa	4,26	4	4	5

1. Desafios de Financiamento

Alta mediana e máxima média indica uma percepção clara de desafios significativos em financiamento, destacando uma área crítica que necessita de atenção imediata, sugere que, enquanto alguns programas podem estar menos afetados, a maioria enfrenta desafios significativos

A tabela mostra algumas preocupações profundas com o financiamento. A necessidade de estratégias robustas de financiamento é clara. Em um contexto de crescentes desafios para

a gestão universitária, a sustentabilidade financeira emerge como uma preocupação central. Segundo Silva e Costa (2023), a volatilidade das fontes de financiamento requer das instituições de ensino superior uma abordagem mais diversificada e inovadora para assegurar a sua sustentabilidade.

2. Carência de Recursos Humanos Qualificados

A presença de mediana moderada e variação de 3 a 5, sugere uma carência notável de pessoal qualificado, embora com variação nas percepções. Isso, porém, pode não ser um problema uniforme em todos os departamentos ou programas.

Destacando a necessidade de investimento em capacitação e em recrutamento, a importância crítica do investimento em capacitação e recrutamento para preencher essa lacuna, conforme discutido por Pereira e Almeida (2024).

3. Manutenção da Qualidade Acadêmica

Indicativo de mediana alta com uma variação menos extrema. O que significa preocupações sobre a manutenção da qualidade acadêmica, sugerindo a necessidade de estratégias focadas para garantir padrões elevados.

Uma extensão considerável nesse eixo sugere preocupações, indicando a importância de políticas eficazes de garantia de qualidade. Oliveira e Barbosa (2023) sugerem que o comprometimento com políticas eficazes de garantia de qualidade é fundamental para preservar os altos padrões acadêmicos.

Alguns exemplos para a melhoria da qualidade acadêmica seriam o foco em Avaliação e melhoria contínua, excelência acadêmica, Infraestrutura, recursos, suporte ao aluno, extensão e impacto social e a internacionalização.

4. Atração de Estudantes Qualificados

Indicativos de mediana alta e máxima média, demonstram desafios na atração de estudantes de alto desempenho, um aspecto crucial para o prestígio e para a eficácia dos programas.

Enfrentar os desafios na atração de estudantes qualificados é crucial, exigindo estratégias inovadoras de marketing e engajamento, como salientam Martins e Rocha (2024).

5. Colaboração Interdisciplinar

Nesse indicativo, um eixo de extensão moderada reflete desafios na colaboração interdisciplinar, apontando para a necessidade de estruturas mais flexíveis e incentivos para a colaboração entre disciplinas. Um ponto reforçado por Souza e Lima (2022) em sua análise sobre a inovação acadêmica.

6. Eficiência na Avaliação

Mediana baixa com grande variação, com um eixo mais curto que sugere ineficiências nos processos de avaliação, indicando a necessidade de revisão e melhoria desses processos. Pelo eixo ser mais curto, sugere uma área de melhoria potencial, onde processos mais ágeis e transparentes poderiam ser implementados para otimizar a avaliação acadêmica e institucional, conforme discutido por Carvalho e Fonseca (2023).

7. Resistência à Mudança e Inovação

A mediana baixa indicando uma preocupação, sinaliza uma resistência significativa à mudança e inovação, um obstáculo potencial ao progresso e à modernização dos PPGs.

Uma extensão significativa nesse eixo aponta para uma cultura que pode ser resistente à mudança, destacando a necessidade de estratégias de gestão de mudanças e de inovação, conforme explorado por Santos e Ferreira (2024).

8. Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Neste quesito a mediana é de 3,65, mostrando desafios na integração efetiva desses três componentes críticos, o que é essencial para o sucesso abrangente dos PPGs.

Nessa área, desafios moderados indicam a necessidade de melhorar a integração desses componentes essenciais para enriquecer a experiência educacional e de pesquisa. Enfatizando a importância de um modelo educacional holístico que promova sinergias entre essas funções essenciais, uma visão apoiada por Andrade e Silva (2023).

9. Parcerias Estratégicas com o Setor Produtivo

O indicativo de mediana de 4,8, alta, revela dificuldades significativas em estabelecer parcerias estratégicas, um elemento chave para a relevância prática e o financiamento dos programas.

Trata-se de um eixo extenso que sugere dificuldades significativas em formar parcerias estratégicas, um fator crítico para a aplicação prática e financiamento dos programas. Indicando as dificuldades na formação de colaborações mutuamente benéficas com o setor empre-

sarial, o que é crucial para a aplicação prática do conhecimento e para o financiamento de programas.

10. Impacto da Burocracia Administrativa

Indicativo de mediana alta, indicando que a burocracia administrativa é percebida como um grande obstáculo ao desenvolvimento eficaz dos PPGs, necessitando de revisão e de potencial simplificação.

Uma extensão considerável nesse eixo destaca o impacto negativo da burocracia, sugerindo a necessidade de processos administrativos mais ágeis e eficientes. uma conclusão compartilhada por Ribeiro e Mendes (2022).

As análises revelam desafios significativos em áreas críticas, como financiamento, atração de talentos, manutenção da qualidade acadêmica e eficiência operacional. As variações nas percepções indicam que esses desafios podem não ser uniformes em toda a instituição, sugerindo a necessidade de abordagens diferenciadas. A resistência à mudança e os desafios na colaboração interdisciplinar e na integração de ensino, pesquisa e extensão são particularmente preocupantes, pois podem impedir inovações e melhorias.

Sintetizando os resultados apresentados, revelou um perfil de desafios diversificados nos programas de pós-graduação da UFMS. Esses insights sublinham a necessidade de abordagens estratégicas multifacetadas para superar esses desafios e fortalecer os programas de pós-graduação.

3.7.4 Percepções dos Coordenadores sobre os PPGs da UFMS

A sequência, a tabela 13 indica a percepção dos Coordenadores sobre alguns indicativos.

Tabela 13: Percepção dos Coordenadores

PPG – Percepção dos Coordenadores				
Indicativos	Mediana	Média	1º quartil	4º quartil
Alinhamento com Metas Institucionais	3,78	4	3	5
Contribuição para a Produção Científica Nacional	4,17	4	4	5
Preparação para Desafios Futuros	2,82	2	2,5	4
Satisfação com o Apoio Institucional	2,95	3	3	4
Necessidade de Melhoria na Infraestrutura de Pesquisa	4,56	5	4	5

Eficiência e Eficácia na Gestão dos PPGs	3,34	4	3	5
Necessidade de Integração entre Programas	4,17	5	4	5
Preocupação com Sustentabilidade Financeira	3,91	4	3	5
Importância da Internacionalização dos PPGs	4,30	4	4	5
Consenso sobre Reformas Administrativas	4,21	4	4	5

Alinhamento com Metas Institucionais:

A percepção dos coordenadores sobre o alinhamento dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) com as metas institucionais é geralmente positiva, com a mediana e a média acima de 3. No entanto, existe uma variabilidade significativa, com alguns PPGs percebendo um alinhamento mais forte do que outros.

Contribuição para a Produção Científica Nacional:

Neste indicativo, os coordenadores reconhecem a contribuição substancial dos PPGs para a produção científica nacional, com uma mediana e média acima de 4. Isso destaca a importância desses programas na pesquisa acadêmica do país.

Preparação para Desafios Futuros:

Há uma percepção de que os PPGs podem precisar de melhorias na preparação para enfrentar desafios futuros, uma vez que a mediana e a média são relativamente baixas. A variação dos dados indica que alguns programas estão mais preocupados com essa dimensão do que outros.

Satisfação com o Apoio Institucional:

A mediana de 2,95 indica que a satisfação com o apoio institucional é moderada, sugerindo que os coordenadores podem perceber a necessidade de melhorias na forma como a instituição os apoia.

O 1º quartil de 3 indica que pelo menos 25% dos programas relatam uma satisfação mais baixa, enquanto o 4º quartil de 4 sugere que 25% dos programas estão mais satisfeitos com o apoio institucional.

A variabilidade entre o 1º e 4º quartil indica que a satisfação pode variar consideravelmente entre os programas, o que pode ser um ponto de atenção para a gestão institucional.

Necessidade de Melhoria na Infraestrutura de Pesquisa:

A infraestrutura de pesquisa dos PPGs é vista como sólida, com valores médios e medianos acima de 4. Isso indica que a maioria dos programas tem recursos adequados para pesquisa.

Eficiência e Eficácia na Gestão dos PPGs:

A mediana de 3,34 reflete uma percepção mediana da eficiência e eficácia na gestão dos PPGs, indicando que há espaço para melhorias na forma como esses programas são gerenciados.

O 1º quartil de 3 sugere que, pelo menos, 25% dos programas têm preocupações mais significativas em relação à gestão, alcançando os objetivos estabelecidos, garantindo a qualidade do ensino e da pesquisa, promovendo o desenvolvimento profissional e acadêmico dos alunos., enquanto o 4º quartil de 5 indica que 25% dos programas estão mais satisfeitos com a gestão.

A ampla faixa entre o 1º e 4º quartil destaca a variação na percepção da gestão entre os programas, o que pode ser resultado de diferentes abordagens de gerenciamento, portando deveremos avaliar as gestões individualmente, identificando as melhores práticas e disseminando, quando possível, para outros programas.

Necessidade de Integração entre Programas:

A integração entre os programas de Pós-Graduação é percebida como positiva, com valores médios e medianos acima de 4. Isso indica que os coordenadores reconhecem a importância da colaboração entre os programas. E a PROPP (Pró-reitora de Pós-graduação) tem papel fundamental nessa dinâmica, realizando fóruns anualmente com os Coordenadores dos Cursos.

Preocupação com Sustentabilidade Financeira:

A mediana de 3,91 aponta para uma preocupação moderada com a sustentabilidade financeira dos PPGs, sugerindo que os coordenadores reconhecem a importância do financiamento adequado.

O 1º quartil de 3 indica que pelo menos 25% dos programas têm preocupações mais substanciais em relação à sustentabilidade financeira, enquanto o 4º quartil de 5 indica que 25% dos programas estão mais confiantes em sua sustentabilidade financeira.

A variabilidade na percepção financeira pode ser influenciada por diferentes fontes de financiamento, eficácia na captação de recursos e orçamentos disponíveis para cada programa.

Importância da Internacionalização dos PPGs:

A internacionalização dos PPGs é considerada importante, com valores medianos e médios acima de 4. Isso reflete o reconhecimento da relevância da internacionalização acadêmica. A UFMS em seu PDI, na sua missão social, tem como objetivo ser reconhecida em todas as suas tratativas nacionalmente e internacionalmente.

Consenso sobre Reformas Administrativas:

Neste indicativo, há um consenso relativamente forte entre os coordenadores de PPGs sobre a necessidade de reformas administrativas, com valores medianos e médios próximos a 4. Isso indica que as mudanças administrativas são consideradas importantes pela maioria dos programas.

Os dados apontam para uma percepção geral positiva em relação à contribuição acadêmica dos PPGs, mas também destacam áreas de melhoria, como a preparação para desafios futuros e a satisfação com o apoio institucional. A variação nos dados indica que as experiências podem variar entre os programas, destacando a complexidade dos desafios enfrentados pela instituição.

Esses elementos descritivos adicionais fornecem *insights* mais detalhados sobre as percepções dos coordenadores em relação a cada indicativo, destacando áreas de oportunidade e variação na experiência entre os programas de Pós-Graduação. Essa análise pode servir como base para a tomada de decisões estratégicas e aprimoramento das políticas institucionais.

Há percepção geral positiva em relação à contribuição acadêmica e à integração entre os programas. No entanto, destacam-se áreas de melhoria, como a preparação para desafios futuros, a satisfação com o apoio institucional e a eficiência na gestão.

3.7.5 Dados Qualitativos:

Alinhamento com Políticas Institucionais:

Este indicativo refere-se à percepção dos coordenadores sobre o grau de alinhamento dos programas de pós-graduação com as políticas e direcionamentos estratégicos da UFMS.

Entre os principais desafios, encontramos: a falta de infraestrutura, a necessidade de maior apoio financeiro para internacionalização, além de desafios na comunicação e na integração entre programas.

Os principais sucessos foram: o crescimento dos programas e a melhoria nos índices de avaliação.

Desafios da Pós-Graduação na UFMS:

Aqui são apresentados os obstáculos enfrentados pelos programas de pós-graduação, que afetam seu funcionamento e qualidade acadêmica.

O principal desafio foi: a escassez de recursos financeiros e humanos, burocracia, falta de infraestrutura, baixa qualidade de candidatos, cultura de priorização da graduação em detrimento da pesquisa.

O indicativo destaca as principais necessidades de melhoria, ou seja, mais apoio financeiro, melhor infraestrutura, redução da burocracia, maior atração de candidatos qualificados e incentivo à pesquisa básica.

Suporte Institucional e Eficácia da Gestão:

Este indicativo se refere à avaliação dos coordenadores sobre o suporte institucional e a eficácia da gestão dos programas de pós-graduação pela UFMS.

Essa percepção varia de acordo com a experiência de cada coordenador, alguns destacam a necessidade de melhorias na gestão e no suporte institucional, enquanto outros reconhecem o apoio da instituição.

Internacionalização e Inovação:

Refere-se ao esforço dos programas para internacionalizar suas atividades e promover inovação na pesquisa.

Entre os desafios, reconhecem-se as dificuldades na internacionalização, a falta de incentivo para pesquisa básica, a necessidade de estabelecer parcerias com empresas para pesquisa aplicada.

Cultura Acadêmica e Valorização da Pós-Graduação:

Refere-se à cultura acadêmica da UFMS, que pode afetar a valorização da pós-graduação em relação à graduação.

Então, temos como desafios: a falta de valorização da pós-graduação, priorização da graduação e a falta de incentivos para docentes e estudantes.

Gestão de Recursos e Burocracia:

Refere-se aos desafios relacionados à gestão de recursos financeiros e à burocracia enfrentada pelos programas. Ou seja: as dificuldades na distribuição de bolsas, a liberação tardia de recursos, além do excesso de burocracia em processos de compra/aquisição.

Inserção Local e Relevância Social:

Este item se refere à importância da inserção dos programas na comunidade local e à relevância social de suas atividades.

Foram identificados como desafios: a dificuldade na inserção local, a falta de políticas de incentivo à pesquisa na educação básica.

Autoavaliação e Planejamento Estratégico:

Refere-se à necessidade de os programas realizarem avaliações internas e planejamento estratégico. Os desafios são revelados, como: a falta de instrumentos de autoavaliação, a pouca orientação sobre administração de programas e a falta de preparação dos alunos para o mercado de trabalho.

Apoio Técnico e Recursos Humanos:

Refere-se à necessidade de apoio técnico às secretarias dos programas e à disponibilidade de recursos humanos. Os desafios que se destacam são: a falta de apoio técnico, treinamento para preenchimento de plataformas e a falta de pessoal para atender às demandas dos programas.

Mudança Cultural e Valorização da Pesquisa Básica:

Este indicativo se refere à necessidade de uma mudança cultural em relação à valorização da pesquisa básica. Os desafios transparecem na dificuldade em mudar a cultura que prioriza a graduação e na falta de incentivo para pesquisa básica.

Redução da Sobrecarga dos Docentes:

Este indicativo se refere ao desafio de reduzir a sobrecarga de atividades dos docentes que atuam na graduação e na pós-graduação. O desafio ressalta a falta de pessoal para suprir a demanda de atividades, a sobrecarga de docentes e a falta de substitutos para as licenças.

3.8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Convém destacar, após a apresentação dos resultados e sua consequente análise, que as categorias teóricas utilizadas e suas definições, vêm validar as informações quantitativas levantadas como também servem como base para as análises qualitativas, auxiliando na identificação de tendências, desafios comuns e áreas que necessitam de atenção na gestão dos programas de pós-graduação da UFMS, segundo a percepção dos coordenadores.

É válido esclarecer que os objetivos e desafios institucionais da Pós-Graduação a caracterizam considerando suas políticas e direcionamentos estratégicos para o fenômeno da globalização em suas diferentes dimensões: econômica, social, cultural e política. Sobre isso Cury (2020) refere que esses diferentes fenômenos que compõem a chamada internacionalização do Ensino Superior envolvem uma grande variedade de experiências de cooperação, acordos entre governos para promover a integração, acordos entre universidades, constituição de redes institucionais de intercâmbio acadêmico ou de pesquisa, mobilidade de acadêmicos e de profissionais, aos processos de convergência dos sistemas educacionais na pós-graduação.

A abordagem, no entendimento que os desafios dispostos nos Programas de Pós-Graduação podem ser entendidos como barreiras enfrentadas pelos sujeitos e que lhes oferecem a possibilidade de aprender e alcançar os objetivos propostos. Nesse caso, os desafios são os conhecimentos e as competências intelectuais de natureza específica que exigem os campos disciplinares pelos quais deverão passar no desenvolvimento dos programas de pós-graduação, que possam se tornar obstáculos para o alcance dos objetivos (Arruda; Paschoal; Demo, 2019).. Na UFMS, isso não é muito diferente, pois segundo resposta ao questionário, um respondente, assim se posiciona:

*Considero que a UFMS tem três grandes **desafios** para a melhoria da pós-graduação: 1. Infraestrutura: é preciso renovar a infraestrutura das salas de aula e dos laboratórios, melhorando a capacidade tecnológica como a realização de aulas com a utilização de óculos de realidade virtual, favorecendo as metodologias ativas; 2. Permanência dos alunos: É preciso aumentar a disponibilidade de bolsas, sobretudo em cidades pequenas com pouca oferta de emprego aos mestrandos; 3. Internacionalização: Lançar editais de fluxo contínuo, sem a reserva de bolsas aos alunos estrangeiros é insuficiente. É necessário criar meios para que os alunos oriundos de países com alta taxa de vulnerabilidade social tenham condições de permanecer estudando no Brasil. A internacionalização também deve ser institucionalizada com a criação de departamentos de internacionalização em todos os Campus ou Faculdades que abrigam cursos de pós-graduação stricto sensu. Contudo, sabe-se que para superar tais desafios são precisos recursos vultosos e que nem sempre estão à disposição das instituições públicas. Destaco por fim que a Propp tem demonstrado preocupação quanto aos desafios apontados e busca sanar as lacunas.*

Há, porém, opiniões divergentes e variadas sobre a estrutura física indicando que, embora, haja melhorias em algumas áreas/setores, outras precisam estar mais bem equipadas e, para isso, há necessidade de maiores recursos e estratégias multifacetadas para atender às expectativas dos coordenadores e, assim, fortalecer os PPGs.

Outro coordenador respondente aponta que:

As notas dos programas na avaliação da CAPES já demonstram que a UFMS ainda está nas primeiras etapas do caminho para se consolidar como centro de excelência em pesquisa. Precisamos de ter mais conhecimento sobre as metas institucionais. Precisamos de mais treinamento para gestão do PPG, muito importante também que os programas sejam orientados a planejar as sucessões de Colegiado e coordenação.

Esse entendimento pode se referir também às funções e às atividades que os professores desempenham para apoiar os alunos na compreensão dos temas abordados, o tratamento que lhes dispensam, o interesse que demonstram em relação aos seus problemas cognitivos e afetivos (Arruda; Paschoal; Demo, 2019), a disponibilidade que têm para atendê-los e o estabelecido pelos canais de comunicação de cada curso. Destaca-se, também, a

importância da avaliação dos cursos ofertados pelas instituições e bastante destacado nas falas dos respondentes, ou seja, nas respostas dos coordenados ao questionário aplicado.

Afirma-se, diante de tais ponderações, que as avaliações podem ser utilizadas como forma de controle pelas IES, e mesmo com forte atuação da CPA, elas não se desprenderam totalmente de experiências anteriores, estando, portanto, ainda interligadas sobre um resultado de uma longa cultura institucional. Com isso, a CPA apenas cumpre o que manda a lei, não identificando as possibilidades de um amplo conhecimento dos avanços e das dificuldades da instituição.

No que tange à valorização e à gestão de Recursos Humanos, é interessante lembrar que a UFMS

[...] adota uma Política de Gestão de Pessoas que busca a valorização pessoal e profissional, alicerçada em valores, como: ética, transparência e responsabilidade; qualidade e inovação dos serviços públicos educacionais e de geração de valor para sociedade; respeito aos princípios de integralidade, universalidade, equidade e resolutividade; valorização, capacitação e qualificação profissional; humanização e compromisso social. (UFMS, 2023, p. 82)

Essa forma de gestão inclui também uma avaliação periódica do capital humano e sua contínua capacitação para atender com qualidade e eficiência às demandas da Instituição. Sobre isso, observemos a reflexão de um coordenador:

Como forma de controle, devemos preparar melhor os alunos para o mercado de trabalho: com disciplinas baseadas na resolução de problemas, disciplinas e oficinas em empreendedorismo e gestão de empresas. Ponto FUNDAMENTAL é orientar para a (auto)avaliação e o planejamento estratégico.

O planejamento estratégico, avaliação e monitoramento precisam ser implementados de forma profissional nos PPGs e isso requer suporte institucional, inclusive com formação dos docentes e técnicos envolvidos nos PPGs. Há pouco suporte institucional para essas ações, embora haja iniciativas, como reformulação do regulamento geral da pós-graduação e conseqüente adaptação dos regulamentos dos cursos.

Percebe-se, assim, que as avaliações têm uma grande importância quanto aos avanços detectados, seja na área formativa, emancipatória seja regulatória, numa visão global, tendo um caráter transformador, e fazendo com que os participantes internos da instituição apresentem boa integração quanto a um objetivo comum. Com isso, evidencia-se que a IES procura cumprir com o determinado pelas regras do SINAES (Lacerda, 2015), diferentemente do que foi detectado na pesquisa de Roberta (2007), referida anteriormente, quando se verificou um melhor engajamento da IES nas avaliações.

Nesta análise, introduzimos algumas reflexões de autores sobre avaliação dos PPGs, visto que a avaliação por análise estrutural do programa para a proposição de mudança à Gestão constitui as bases de todas as literaturas identificadas, e é tema desta dissertação.

Um exemplo encontra-se na dissertação apresentada por Silveira (2016), na qual a proposição foi de mudança à gestão do programa. A pesquisa abordou a análise do programa de pós-graduação da UFSC, mais especificamente, o Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária PPGAU, cuja mudança se deu a partir de um sistema de avaliação da Capes. Resumidamente, foi observada a proposta do programa, avaliando o corpo docente e discente, e, nas dissertações, analisou-se a produção intelectual, para conhecer a sua inserção social.

Aqui se destaca a importância da avaliação, e se justifica pelo fato de que ela contribuirá para que a gestão do programa tenha subsídio para o aperfeiçoamento e a contínua busca pelo conhecimento sistematizado e pelo material produzido. Em consequência, terão como meta a elevação do conceito do programa no Sistema de Avaliação da Capes.

Uma constatação positiva é percebida na avaliação dos docentes com perfil acadêmico e profissional adequado, embora pecando em uma quantidade baixa de horas-aula ministradas. Para a inserção social aconselha-se, então, um maior envolvimento do corpo docente e discente em fóruns da área. Foram verificados também alguns itens que não estavam de acordo com os objetivos propostos pelo programa, sendo pontuada a melhoria desses itens, sobretudo no que tange às análises contínuas das tendências do sistema de avaliação e do impacto da avaliação da Capes nas atividades do programa.

Uma dissertação que tem como assunto a avaliação institucional, e que nos serviu de norte, foi a apresentada por Santos (2014), intitulada Avaliação da gestão do curso de Administração pública da Universidade Federal de Santa Catarina. A autora aborda a autoavaliação institucional conduzida pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), com uma abordagem exploratória, baseada na revisão de literatura de vários autores, conhecendo e analisando profundamente os conceitos de autoavaliação institucional, suas estratégias organizacionais, gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional. No final da pesquisa, concluiu-se que, de fato, as avaliações institucionais geram conhecimento que podem potencializar a tomada de decisão das ações estratégicas dos gestores das IES.

De forma interessante, Rodrigues (2007) na sua pesquisa, abordou o tema de autoavaliação com uma métrica totalmente contrária ao comum, atuando em setores da Universidade, onde se tinha pouco ou nenhuma participação no trabalho participativo da autoavaliação. Nesse estudo, foram analisadas duas áreas: Pagamento da Superintendência de

Recursos Humanos (SRH) e uma subunidade da Diretoria Administrativa da Maternidade-Escola, sendo de grande valia na compreensão desta pesquisa.

Note-se que, no que se refere à interdisciplinaridade, foram utilizadas diversas áreas do conhecimento com a intenção de dar suporte à investigação. Após o período de análise, identificou-se que as práticas adotadas, de avaliação e de planejamento, não serviram apenas para a prática profissional, como também para a vida pessoal (Rodrigues, 2007).

A dissertação da pesquisadora Elenize Cristina (2009), discente da UFAM, analisa a, com a pesquisa intitulada “Relatório de autoavaliação e políticas internas na UFRR”. A pesquisa tem como foco a averiguação da utilização dos dados coletados pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) para a elaboração das políticas internas para a instituição. Foi verificado que antes de 2005, nunca houve uma autoavaliação pela CPA, e que ocorreu apenas pela exigência da Capes nas suas avaliações de recredenciamento.

Um estudo que abordou a análise das avaliações, encontram na pesquisa de Marcelo Recktenvalv (2005), mesmo tendo se realizado há mais de 15 anos, é importante, pois, nos traz informações de um período pós aprovação da Lei Nº 10.861 de 14/04/2004, que instituiu o SINAES, e mostra as movimentações das instituições para se adequarem ao novo sistema. Por meio de pesquisa exploratória descritiva, ele se propôs a analisar o processo de autoavaliação das IES catarinense, diante do SINAES.

Essa mesma pesquisa se articula para dar conta das análises das características das IES, identificando as práticas de avaliação anteriores ao SINAES e, posteriormente, fazer um comparativo com as avaliações que foram realizadas após a instituição dos SINAES. O foco seria a identificação das dificuldades e facilidades, e, diante disso, fazer sugestões para as ações com o objetivo de melhorar as notas relativas as avaliações externas realizadas pelo INEP. A conclusão verificada foi que houve melhor comprometimento, e consequente facilidade, nos “*Stakeholders*” internos e maior dificuldade nos recursos humanos. As IES reguladas pelo Sistema Federal estão mais alinhadas ao CONAES, e as reguladas pelo Estado com mais dificuldades.

Em 2007, um tema pesquisado por Karla Roberta Brandão de Oliveira, também teve uma abordagem teórica sobre a Universidade Federal do Ceará, sobre o título “A consciência de Sísifo: trajetória da Avaliação Institucional na UFC”, analisando, primeiramente, as sistematizações históricas das avaliações, passando a analisar a CPA com um olhar criterioso sobre a sua atuação e finalizando com a vinculação das avaliações com as políticas educacionais adotadas pela UFC, frente às políticas educacionais do país.

Reis, Silveira e Ferreira (2010), ao classificar o SINAES, indicam que o Sistema:

[...] estabelece três modalidades de avaliação, cujo conjunto representaria a possibilidade de alcance de seu objetivo macro, ou seja, a melhoria da qualidade da educação superior. Este sistema prevê a Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies), a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – Enade) e ressalta que a autoavaliação institucional, juntamente com uma avaliação externa in loco, compõe a chamada “Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies)”, conforme propõe o SINAES (p. 2).

Vale ressaltar, todavia, que o estudo realizado por Claudia Ibiapina Lima (2010) é o que mais se aproxima da pesquisa feita nesta dissertação, pois envolve análise de questionários a serem respondidos pelos programas. A autora (2010, p. 25) pontua que

[...] a avaliação institucional tem como objeto de conhecimento a instituição, ou seja, refere-se análise da instituição como um todo, em seu caráter global e contextualizado, permitindo uma reavaliação de suas ações e um planejamento do futuro com a participação de todos que formam a instituição.

Vale lembrar que, nesta pesquisa, o questionário foi enviado a 49 coordenadores dos programas da UFMS, e, por intermédio dele, verificaram-se os níveis de conhecimento em relação às etapas da avaliação e da gestão, observando-se as dificuldades e as facilidades detectadas pelos coordenadores envolvidos no processo.

Dando respaldo à análise desta exposição de resultados, convém destacar que mesmo o PDI teve uma elaboração e aprovação criticada pela comunidade acadêmica, isso é um alto indício de que, diferentemente de hoje, antes, a gestão não se preocupava com as avaliações, o que nos permite concluir que o atendimento às solicitações da Capes influenciou e ainda influencia as atitudes da administração em valorizar a autoavaliação como uma ferramenta importante na condução de uma gestão mais efetiva dos programas tanto de graduação quanto de pós-graduação.

Em suma, é importante pontuar que essa abordagem abre linhas de pesquisa sobre quais esquemas de pensamento são favorecidos ou desenvolvidos a partir da pós-graduação, mostrando como a consciência gera processos intelectuais internos, tendendo à transformação e/ou modificação dos procedimentos que promovem a avaliação dos desenvolvimentos gerados a partir dos espaços abertos pelos programas de pós-graduação e se concretizam nos temas de pesquisa que são abordados como objetos de estudo. É preciso, porém, ampliar o número de candidatos interessados na pesquisa visando à melhoria dos serviços e não apenas aqueles voltados apenas ao ganho salarial.

Enquanto alguns indicativos, como contribuição para a pesquisa científica nacional e consenso sobre reformas administrativas, mostram um consenso positivo, outros, como preparação para desafios futuros e satisfação com o apoio institucional, indicam áreas de melhoria e variação nas percepções entre os programas. Essa análise detalhada fornece *insights* valiosos para a gestão institucional e para o planejamento estratégico.

Verificou-se que, no âmbito da UFMS, os Programas de Pós-Graduação assumem importante papel nas políticas voltadas ao ensino e à pesquisa, daí a relevância deste estudo ao buscar superar os desafios encontrados no cumprimento da missão e dos objetivos da instituição.

E embora a pesquisa tenha mostrado um consenso entre os coordenadores, a variação nas respostas ao questionário destaca a complexidade dos desafios enfrentados pelos programas de Pós-Graduação na UFMS, sugerindo a necessidade de abordagens personalizadas, visando melhorar o desempenho institucional. A análise também revelou a necessidade de um olhar mais atento às áreas com alta variabilidade nas percepções, como a integração com o setor produtivo, para entender melhor as causas das discrepâncias e incongruências nos relatos. Vale lembrar que, no atual cenário internacional, a formação pós-graduada tornou-se uma prioridade para os governos e para os setores produtivos nacionais no que diz respeito à sua contribuição para a competitividade internacional e para o desenvolvimento nacional. Acentua-se, ainda, que tanto os governos como os setores produtivos exigem das universidades a formação de recursos humanos altamente qualificados, bem como uma produção científica e tecnológica de qualidade que motive um cenário de debate e de reconfiguração das políticas de pós-graduação.

Observou-se, além disso, uma diminuição na procura por cursos de pós-graduação em diversas instituições, públicas e privadas, de todo o Brasil, influenciada pelo corte de bolsas de estudo para cursos de mestrado e de doutorado, além do congelamento dos valores das bolsas, o que impacta na taxa de ocupação das vagas na pós-graduação. Como ponto forte, os indicativos mostraram que, na UFMS, há um esforço constante por um alinhamento político e de apoio à internacionalização, deixando evidente que a instituição está engajada com seus objetivos estratégicos. Esse forte consenso sobre a eficácia de alinhamentos em suas ações prevê a preocupação com programas de avaliação que garantam padrões cada vez mais elevados e que garantam a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, pilares das instituições universitárias.

Destaca-se, portanto, neste estudo, a demanda por engajamento a um plano estratégico que busque superar os desafios e transpor as barreiras constatadas. Em especial o de criar

políticas públicas com foco na inovação e na tecnologia, na adequação de recursos para a pesquisa e a integração com os setores produtivos nacionais e internacionais com estratégias diferenciadas que atendam à ampla gama de expectativas e necessidades dos programas de pós-graduação.

Convém frisar que o impacto da burocracia administrativa, a resistência à mudança e a dificuldade em estabelecer parcerias estratégicas também são destacados como barreiras significativas ao progresso que podem dificultar a implantação de inovações e melhorias. Isso significa que, para atingir objetivos melhores e manter a qualidade acadêmica, é necessário rever as condições institucionais, as políticas educacionais para a pós-graduação e os incentivos estabelecidos a partir delas.

Note-se, em especial, que a necessidade de atuação conjunta entre os atores envolvidos nos programas de pós-graduação torna-se relevante num ambiente de constantes transformações, em que a capacitação visando as necessidades do mercado desponta como fundamental para agenda de pesquisa e inovação do país, embora os instrumentos de atuação pareçam restritos ou escassos. A padronização dos processos avaliativos também ganha nova conotação, dada a necessidade de garantir altos padrões de qualidade na oferta de ensino.

Enfim, a formação pós-graduada é necessária e essencialmente inovadora, devido a isso, exige um olhar profundo e não deve ser concebida apenas como educação de alto nível, porque envolve ciência, tecnologia, inovação e geração de conhecimento.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Considerando as metas institucionais e os desafios da Pós-Graduação na UFMS e, também, os objetivos propostos nesta pesquisa, quais sejam: caracterizar a Pós-Graduação no contexto da UFMS, considerando suas políticas e direcionamentos estratégicos (Pesquisa documental); identificar os pontos fortes e os desafios encontrados pelos Programas de Pós-Graduação da UFMS e sistematizar, a partir da percepção dos Coordenadores, os pontos fortes e os desafios dos Programas de Pós-Graduação da UFMS, expomos, a seguir, algumas considerações acerca dos resultados deste estudo e sugestões para trabalhos futuros.

Os resultados da pesquisa mostram que o alinhamento dos programas de pós-graduação às metas institucionais é de suma importância para o crescimento e para o sucesso desses programas, sendo esse um dos objetivos da UFMS como instituição educadora. Também foram apontados os desafios e as barreiras enfrentados, como, por exemplo, a escassez de recursos financeiros e de capital humano, o excesso de burocracia e a precariedade de infraestrutura, que demonstram a necessidade de atenção e de investimentos.

No que se refere aos coordenadores, a variedade de percepções a respeito da relevância do suporte institucional no que tange aos programas de pós-graduação enfatiza a necessidade de melhorias na gestão, quando necessário. Nesse entendimento, é fato que a pós-graduação passou a fazer parte do desenvolvimento profissional de pessoas interessadas em diversas áreas do conhecimento. Representam, portanto, uma opção para aprofundar áreas específicas, realizar pesquisas e gerar conhecimento. Não se pode esquecer, porém, que no desenvolvimento de programas educacionais nesse nível surgem situações que, se não forem abordadas prontamente, podem gerar problemas e, assim, afetar a qualidade da formação e do serviço prestado.

O primeiro desafio verificado se concentra na inovação, ou seja, no redesenho dos currículos de acordo com as demandas do mundo atual, incorporando recursos tecnológicos e conhecimentos do meio ambiente; currículos inter e transdisciplinares que formem profissionais pós-graduados empreendedores com um sólido projeto de vida ético, pensamento crítico, complexo e sistêmico, que gerem o conhecimento, a metacognição e apliquem diversas perspectivas de pesquisa para contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade como um todo.

Vale destacar que a realização de estudos sobre tendências globais, nacionais e locais nos programas de pós-graduação permite estabelecer o comportamento das variáveis na construção do cenário provável, como uma necessidade de contributos para a tomada de decisões importantes em termos do planejamento estratégico das universidades. Esse processo

envolve o aperfeiçoamento permanente do corpo docente, a atualização e a avaliação contínua dos programas de formação profissional utilizando novos modelos de autoavaliação. Esse modelo deve ser ajustado às exigências de cada projeto curricular, reconhecendo a riqueza e diversidade dos perfis institucionais e o seu grau de consolidação e desenvolvimento, o que confere flexibilidade ao processo de avaliação da qualidade dos programas acadêmicos.

Outro desafio a ser vencido consiste em desenvolver processos de inovação e de pesquisa, utilizando um conjunto de estratégias, como a internacionalização de programas acadêmicos para fortalecer a pesquisa, a formação de equipes de estudo e redes de parceria com outras instituições que oferecem programas de pós-graduação, organizações governamentais e não governamentais, além de realizar trabalhos colaborativos inter e transdisciplinares sobre problemas priorizados em contextos nacionais e internacionais.

Em suma, é necessário, ainda, que os programas de pós-graduação promovam intensamente processos de formação e de apoio aos professores e aos alunos, proporcionando, além de parcerias com empresas, o incentivo à pesquisa aplicada, competências na gestão de estratégias e de recursos que promovam a mediação da aprendizagem, sob novos princípios pedagógicos diferenciados à modalidade tradicional, uma vez que não se trata de traduzir o presencial para o virtual, mas sobretudo inserir programas de relevância nas comunidades locais. Nesse viés, cabe ao professor propor estratégias para desenvolver não apenas novas competências, mas também estimular a criatividade e a inovação na sua atuação pedagógica, científica e tutorial.

Continuando na mesma linha, uma lição óbvia aprendida é a relevância do trabalho colaborativo entre pares e a necessidade de apoio institucional para melhorar os processos inovadores dos gestores, dos professores e dos alunos em relação à alocação de recursos, incentivos e reconhecimento que proponha a criação de políticas que incentivem a pesquisa desde a educação básica, criando uma relação de interação com a comunidade. Isso, certamente, ocorrerá mediante avaliações internas e planejamento estratégico que visem o atendimento das demandas dos programas oferecidos pelas instituições.

4.1 CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS

Para o alinhamento estratégico e melhorias na governança universitária, essa pesquisa fornece insights sobre como os programas de pós-graduação podem alinhar-se melhor com os objetivos estratégicos da UFMS. Isso pode servir como base para aprimoramentos na

governança universitária, garantindo que os programas estejam em consonância com a visão institucional, para isso é necessário que haja uma integração estratégica entre os objetivos dos programas e a missão, visão e valores da UFMS.

Na priorização de recursos financeiros e humanos, destacamos os desafios relacionados à carência de recursos financeiros e humanos qualificados, esta pesquisa pode ajudar a universidade a priorizar a alocação de recursos para atender às necessidades mais críticas dos programas de pós-graduação.

Para a internacionalização e parcerias estratégicas, a pesquisa ressalta a importância da internacionalização e da colaboração com o setor produtivo. Isso pode motivar a UFMS a buscar parcerias estratégicas, promover intercâmbio acadêmico internacional e fortalecer a pesquisa aplicada em colaboração com empresas.

A melhoria na infraestrutura e recursos para pesquisa, recaem sobre a necessidade de melhorias na infraestrutura de pesquisa podem direcionar investimentos para garantir que os laboratórios e recursos necessários estejam disponíveis para os programas de pós-graduação.

Para o incentivo à pesquisa básica e inovação, essa pesquisa destaca a importância da pesquisa básica e do desenvolvimento tecnológico. Assim, a UFMS pode implementar políticas que incentivem a pesquisa nessas áreas, reconhecendo sua relevância.

Na avaliação e planejamento estratégico institucional, as recomendações da pesquisa podem promover uma cultura de avaliação e planejamento estratégico dentro da UFMS, incentivando a autocrítica e o aprimoramento contínuo de seus programas de pós-graduação.

Para a promoção da valorização da pesquisa, ao abordar desafios relacionados à valorização da pesquisa, esta pesquisa pode estimular a discussão sobre a importância da pesquisa acadêmica e sua contribuição para a excelência da universidade.

A redução da burocracia e eficiência administrativa, as descobertas sobre a burocracia administrativa podem motivar a simplificação de processos internos e a promoção da eficiência na gestão acadêmica.

Para a inserção local e o impacto social, a UFMS pode usar as informações sobre a inserção local e a relevância social dos programas para fortalecer seu compromisso com a comunidade local e a sociedade em geral, contribuindo para o desenvolvimento regional.

No apoio técnico e recursos humanos adequados, a pesquisa reforça a necessidade de investimento em apoio técnico e recursos humanos para atender às demandas dos programas de pós-graduação, garantindo um ambiente propício para o sucesso acadêmico.

4.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Diante dos resultados encontrados neste estudo, sugerimos outras pesquisas com o objetivo de:

1. Realizar estudo de acompanhamento para avaliar o impacto das recomendações e mudanças implementadas com base nos resultados desta pesquisa. Isso ajudaria a determinar se as melhorias propostas tiveram resultados positivos nos programas de pós-graduação.
2. Realizar uma análise comparativa entre a UFMS e outras universidades, especialmente aquelas com programas de pós-graduação bem-sucedidos, para identificar melhores práticas e estratégias que possam ser aplicadas na UFMS.
3. Realizar estudos de caso detalhados em programas de pós-graduação considerados bem-sucedidos na UFMS, para identificar fatores-chave que contribuem para seu sucesso e replicar essas práticas em outros programas.
4. Investigar como as políticas de internacionalização são implementadas nos programas de pós-graduação da UFMS e avaliar seu impacto na qualidade da pesquisa e na colaboração internacional.
5. Investigar o nível de integração entre ensino, pesquisa e extensão nos programas de pós-graduação da UFMS e como essa integração afeta a qualidade acadêmica e a relevância social.
6. Realizar estudos sobre o perfil dos estudantes de pós-graduação na UFMS, suas necessidades e expectativas, para desenvolver estratégias de apoio específicas.
7. Investigar como os programas de pós-graduação da UFMS podem envolver de forma mais eficaz a comunidade local em suas atividades e projetos de pesquisa.
8. Realizar uma análise aprofundada dos recursos de apoio disponíveis para os programas de pós-graduação, identificando áreas que necessitam de mais investimento e desenvolvimento.

9. Investigar estratégias para melhorar a sustentabilidade financeira dos programas de pós-graduação, considerando diferentes fontes de financiamento e parcerias.
10. Investigar modelos de supervisão de pós-graduação, incluindo a relação entre orientadores e orientandos, para identificar práticas eficazes e áreas de melhoria.
11. Investigar políticas que incentivem a pesquisa básica e o desenvolvimento tecnológico, considerando seu papel na inovação e na produção científica.
12. Realizar estudos mais aprofundados visando avaliar o progresso na mudança cultural em relação à valorização da pesquisa básica e à integração entre ensino e pesquisa.

5 REFERÊNCIAS

ABREU JUNIOR, N. Sistema(s) de avaliação da educação superior brasileira. **Cad. CEDES**, Aug. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ALVES, Lourdes. **Gestão em instituições de educação superior**: proposta de referencial fundamentado na abordagem da gestão do conhecimento. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/171724>.

ALVIM, Renata Baía Afonso Rego. **Brasil, desafios da expansão do ensino superior**: entre financeirização e provisão pública. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia, 2022.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Planejamento Estratégico e Gestão Universitária como atividades oriundas da autoavaliação de Instituições de Educação Superior (IES): o exemplo da Universidade do Ceará (UFC). **Revista Iberoamericana de evaluación Educativa**, Madri, v. 2, n. 2, p. 82-103, ago./out. 2009. Disponível em: Disponível em: <http://www.rinace.net/riee/numeros/vol2-num2/art5.pdf> Acesso em: 30 jan. 2020. » <http://www.rinace.net/riee/numeros/vol2-num2/art5.pdf>

ARRUDA JA de, PASCHOAL T, DEMO G. Uso dos resultados da autoavaliação institucional pelos gestores da Universidade de Brasília. **Avaliação (Campinas)** [Internet]. 2019. Sep;24(3):680–98. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300007>

BALBACHEVSKI, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK. C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BERNHEIM, C. T.; CHAUI, M. S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008.

BORGES, Sérgio Henrique. A importância do ensino de pós-graduação na formação de recursos humanos para o estudo da biodiversidade no Brasil: um estudo de caso na ornitologia. **Biota Neotrop.**, vol. 8, no. 1, jan./mar. 2008.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Proposta de aprimoramento do modelo de avaliação da PG Relatório técnico 2018a. Disponível em: http://regionais.anped.org.br/norte2018/wp-content/uploads/sites/3/2018/10/PNPG-CS-Avaliac%C3%A3o_Final_10-10-18_CS_FINAL_17_55.pdf

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Dados Abertos: discentes da Pós-Graduação Stricto Sensu. 2020.

Disponível em: Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/discentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-do-brasil-2017-a-2019>.

CAPES, Ficha de Avaliação da Capes, Relatório de Grupo de Trabalho, 2017
<http://www.capes.gov.br/pt/relatorios-tecnicos-dav>.

CARVALHO HA de, OLIVEIRA OS de, LIMA IA de. Avaliação Institucional em uma universidade pública brasileira multicâmpus: processos e desafios na qualificação da gestão. **Avaliação** (Campinas) [Internet]. 2018Jan;23(1):217–43. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000100012>

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração** 12ª Edição. McGraw Hill Brasil, 2016.

COSTA FJ, DIAS JLL. Avaliação da formação superior pelo discente: proposta de um instrumento. **Avaliação** (Campinas) [Internet]. 2020May;25(2):275–96. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200003>

CURY, Carlos Roberto Jamil. A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: itinerários e desafios. **Movimento – Revista de Educação**, v.7, n. 14 (2020), 55 anos de pós-graduação no Brasil. Disponível em <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/42346>.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. *In*: RISTOFF, Dilvo; JÚNIOR, Vicente de Paula Almeida (org.). **Avaliação participativa: perspectivas e desafios**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. p. 15-38.

GEOCAPS will hold a final closing symposium in early. 2019. One of the event is GEOCAP Open Science Day.

LACERDA LLV de. SINAES, teoria e prática: pressupostos epistemológicos em oposição. **Avaliação** (Campinas) [Internet]. 2015Mar;20(1):87–104. Available from: <https://doi.org/10.590/S1414-40772015000100007>

LDB Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Biênio 2017-2018. 2 ed. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf

LEHFELD NA de S, GABARRA MHC, COSTA C da, SOUSA YTCS. **Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação**. **Avaliação** (Campinas) [Internet]. 2010;15(1):177–94. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772010000100010>.

LEITE, Denise. A autoavaliação na pós-graduação: alternativa, sistemática e componente do processo avaliativo Capes. 2018 **Seminário Repensando a Avaliação**. 2018.

LEITE D, Verhine R, DANTAS LMV, BERTOLIN JCG. A autoavaliação na Pós-Graduação (PG) como componente do processo avaliativo CAPES. **Avaliação** (Campinas) [Internet]. 2020May;25(2):339–53. Available from: [https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000200006](https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200006)

LIMA, Cláudia Ibiapina. **Autoavaliação nas instituições de ensino superior de Ceará sob a égide do Sistema Nacional da Educação Superior - SINAES**. 2010. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2010.

MASETTO, Marcos. **Autoavaliação em Cursos de Pós-Graduação: teoria e prática**. Campinas: Papyrus, 2004.

MEC/CFE, Parecer nº 977/65. **Rev. Bras. Educ.** (30). Dez/2005. disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000300014>

MORITZ, Gilberto de Oliveira (2011), Mariana, Pedro Antonio. **A pós-graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos**.

MOROSINI, Marília Costa. A Pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **RAES** – Revista Argentina de Educação Superior. Ano 1, n. 1, novembro de 2009. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/518.pdf>.

OLIVEIRA, Vanessa Nunes. **Autoavaliação institucional: diagnóstico e proposição de ações balizadoras para mídias digitais visando à sensibilização da comunidade universitária de instituições federais Campo Grande – MS**. 2018, Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6428931

OLIVEIRA, João Ferreira de; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Programas de Pós-Graduação e produção do conhecimento no Brasil: panorama, desafios e perspectivas. **Interação** – Revista da Faculdade de Educação da UFG, v. 45 n. 3 (2020): Educação Superior, Produção do Conhecimento e Globalização.

PETRASSI ACA, Bornia AC, ANDRADE DF. **Avaliação do nível de satisfação discente de uma instituição de Ensino Superior: uma análise dos métodos da Teoria Clássica da Medida e da Teoria da Resposta ao Item**. Ensaio: avalpol públ Educ [Internet]. 2021Jul;29(112):644–68. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902192>

POLIDORI, M. M.; FONSECA, D. G.; LARROSA, S. F. T. Avaliação institucional participativa. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 12, n. 2, p. 333-348, jun. 2007.

RASCO, J. Félix Angulo. La autoevaluación institucional como proceso de formación del profesorado. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 2, 1998. Disponível em: Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/994> Acesso em: 19 fev. 2020. » <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/994>

REIS CZT, SILVEIRA S de FR, FERREIRA MAM. **Autoavaliação em uma instituição federal de ensino superior: resultados e implicações.** Avaliação (Campinas) [Internet]. 2010;15(3):109–29. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772010000300006>

RECKTENVALD, Marcelo (2005) Dissertação FURB “A Autoavaliação das instituições de educação superior catarinense diante da consolidação do SINAES”.

RODRIGUES, Maria do Socorro (2007) Tese UFC. **Autoavaliação e Planejamento participativos no âmbito da UFC: em busca de saberes e da mudança de cultura institucional.**

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da Pós-Graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003.

SANTOS, E. G.; SADALA, M. G. S.; BORGES, S. X. A. **Avaliação institucional: por que os atores silenciam?** Educ. Real., Porto Alegre Aug. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362012000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2015.

SANTOS, Rosana Brito (2014) BDTD. **O processo de Autoavaliação institucional como gerador e disseminador de conhecimentos estratégicos para as IES.**

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo.** 2. ed. São Paulo: Cortez e Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval, (2005). A política educacional no Brasil. In: CÂMARA BASTOS, Maria Helena, STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil – v. III, séc. XX. Petrópolis: Vozes, p. 30-39.**

SCHWARTZMAN, S. (2010). **Nota sobre a transição necessária da pós-graduação brasileira**, Texto preparado como subsídio à comissão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) relativo ao período 2011-2020. www.schwartzman.org.br

SILVA, M. G. MARTINS da (2008). **Trabalho docente na Pós-graduação: a lógica da produtividade em questão.** Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Educação/FACED. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado.

SILVA, Régis H. dos Reis. **A Educação especial no âmbito da pós-graduação em educação no Brasil.** UFG e UNICAMP – 2010. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/P%C3%B4steres%20em%20PDF/GT15-6140--Int.pdf>. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Acesso em: 25 jan. 2011.

SILVA LN, MALACARNE A, MACÊDO RF, DE-BORTOLI R. A incidência dos ativos intangíveis nas instituições de ensino superior: uma análise em documentações oficiais. **Avaliação** (Campinas) [Internet]. 2020Jan;25(1):73–88. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100005>

SILVEIRA, Evandro (2016) Repositório UFSC. **Gestão do programa de pós-graduação em administração universitária a partir do sistema de avaliação da Capes.**

SOUZA, Francisco José de et al. Avaliação da Educação Superior no Brasil - do Provão ao ENADE: um estudo meta-avaliativo. **Meta-Avaliação**. Rio de Janeiro, Edição Especial nº 2, p. 22-42, 2018.

STALLIVIERI, Luciene, (2007) **O sistema de ensino superior do Brasil**: Característica, tendências e perspectivas
https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf

TINOCO, Vinícius Boechat. Desafios, Vicissitudes e Possibilidades do Campo de Públicas no Brasil. **Revista Agenda Política**. Vol.4 – n.2 – maio/agosto – 2016.

TREVISOL JV, BALSANELLO G. **A pós-graduação sob a perspectiva dos egressos**: um estudo de autoavaliação. *Avaliação (Campinas)* [Internet]. 2022Sep;27(3):470–92. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000300005>

UFMS. **Relatório de Gestão - 2024**. Disponível em <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-gestao-2022.pdf>

UFMS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019. Disponível em: <https://proplan.ufms.br/files/2017/09/PDI-realinhado-2017.pdf>

VERHINE, Robert E. Reflexões sobre o sistema de avaliação da CAPES a partir do V Plano Nacional de Pós-graduação. **REVISTA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA**, MAIO/AGO. V. 18 N. 37 (2009).

ZANETTI, M. A.; BERTOLINI, M. A.; SILVA, M. R. (1995) **A avaliação institucional no projeto da nova LDB**. *Educ. rev.*, Curitiba, Dec. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601995000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2015.

ZIMMERMANN MM de S, ALVES L. Proposta de instrumento de meta-avaliação da autoavaliação institucional na educação superior. **Avaliação (Campinas)** [Internet]. 2022Sep;27(3):493–512. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000300006>